



Amazônia
Agroecológica

Amazônia Agroecológica: **Biodiversidade, Floresta e Segurança Alimentar e Nutricional**



APOIO



Realização:

FASE Solidariedade e Educação
Fundo Dema

Organização e Edição:

Letícia Rangel Tura, Paula Schitine, Élica
Galvão e Rosana Giordana M Carvalho

Redação:

Gabriela Cunha e Maíra Fernandez

Diagramação:

Ana Luisa Dibiasi

Apoio:

Fundo Amazônia

SUMÁRIO



Editorial

Amazônia Agroecológica: contexto, atuação e resultados para além do projeto	5
---	---

Agroecologia, Direitos Territoriais e Justiça Climática

Entrevista: Amazônia Agroecológica: Os caminhos da construção de uma proposta de justiça social, ambiental e climática Sara Pereira, coordenadora regional FASE Amazônia e Cidinha Moura, coordenadora regional FASE Mato Grosso	8
Territorialidades em disputa e fortalecimento de políticas públicas de agroecologia Gabriela Cunha e Maíra Fernandez, jornalistas	14
Desafios para a efetivação do direito à terra e território na Amazônia Julianna Malerba, FASE	21

Segurança Alimentar e Nutricional

Direito à alimentação adequada e saudável: o papel das resistências das comunidades amazônicas na promoção da diversidade alimentar e na construção do caminho da soberania alimentar Maria Emília Lisboa Pacheco, FASE	28
Modos de vida e políticas para a agricultura camponesa Raimundo Nonato Filho, MST (PA)	34
Respeito às culturas alimentares: produção e comercialização na Amazônia Fábio Pacheco, Articulação de Agroecologia da Amazônia – ANA Amazônia	38
Conhecer para respeitar: integração da gestão pública com as agricultoras locais Elianne Arruda Pires, Nutricionista – Secretaria Municipal de Educação de Cáceres/MT	42

Fundos Comunitários e Democratização do Financiamento Climático

Agendas de financiamento climático e de efetivação do direito à terra: dos aprendizados da Rio-92 às oportunidades da COP30 Aurélio Vianna Jr., coordenador programa Brasil da Tenure Facility	44
Desenvolvimento para que e para quem: como nasceu o Fundo Dema Felício Pontes, Procurador Regional da República	48
Fundo Dema e a Chamada Pública Amazônia Agroecológica: avanços e desafios de fundos comunitários na Amazônia Graça Costa, Educadora popular da FASE e presidente do Comitê Gestor do Fundo Dema	51
A Experiência do Fundo Amazônia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Leonardo Pamplona, Fundo Amazônia/BNDES	59
Fundo Amazônia e a Perspectiva Indígena Valéria Paye Pereira, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB /COFA	63
Fundos Comunitários Territoriais e Governança Local Luciene Figueiredo, Fundo Babaçu/Rede de Fundos Comunitários da Amazônia	66



Abertura Seminário Amazônia Agroecológica (Belém/PA).
Foto: acervo FASE.

EDITORIAL

Amazônia Agroecológica: contexto, atuação e resultados para além do projeto

A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) está presente na região amazônica há 60 anos, trabalhando em conjunto com comunidades, organizações e movimentos sociais comprometidos com a justiça ambiental e uma sociedade democrática, justa e saudável. Há 22 anos, atua, em conjunto com várias organizações da região¹, na constituição e fortalecimento de um fundo de apoio a projetos comunitários socioambientais, o Fundo Dema. Em 2019, a FASE iniciou o projeto Amazônia Agroecológica, apoiado pelo Fundo Amazônia, com o propósito de fortalecer grupos de agricultoras e agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas e agroextrativistas que praticam a agroecologia nos estados do Pará e Mato Grosso. As ações foram realizadas em áreas que enfrentam diversos desafios socioambientais, causados pelo avanço da extração ilegal da madeira, da pecuária extensiva, monocultivos de grãos e da mineração. O projeto foi organizado em dois componentes: um destinado ao apoio a projetos socioambientais de organizações locais no Pará, via Chamada Pública do Fundo Dema; e outro ao desenvolvimento de ações estruturantes locais nos estados do Pará e Mato Grosso, abrangendo 30 municípios e 252 comunidades ao todo.

1. O Comitê Gestor do Fundo Dema é composto por: FASE (que preside o Comitê), Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), Diocese do Xingu, Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Prelazia de Itaituba, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba (STTR-Itaituba), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Trairão (STTR-Trairão), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-Santarém) e Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA).

A FASE e o Fundo Dema têm como premissa de atuação considerar as especificidades de cada território, respeitar sua diversidade cultural e de organização comunitária, entendendo que as pessoas que ali residem são sujeitos ativos no processo de construção de conhecimentos, de proposição de alternativas e de resistência. Nesse sentido, uma das principais motivações para a construção do projeto foi fortalecer redes e práticas territoriais agroecológicas na Amazônia, para a defesa de modos de vida e culturas alimentares, que articulam preservação ambiental e garantia da qualidade de vida, renda e segurança alimentar.

A agroecologia expressa práticas socioprodutivas que respeitam os ecossistemas e promovem a produção de alimentos saudáveis de maneira justa e ecológica, portanto, essencial para a permanência das populações nos territórios. Constitui-se, assim, num contraponto ao modelo do agronegócio que é promotor da desigualdade e gerador da degradação ambiental, grilagem de terras, dependência de uso de agrotóxicos e impactos negativos para a saúde e os modos de vida no entorno de suas atividades. Por meio das práticas territoriais desenvolvidas, foram alcançadas 2.776 famílias e 145 organizações da agricultura familiar, de povos indígenas e de comunidades tradicionais, quilombolas e agroextrativistas.

Um dos principais avanços obtidos refere-se ao fortalecimento da autonomia política e econômica das mulheres nos processos produtivos. Com a preocupação de estabelecer programas de formação em agroecologia específicos para as mulheres e garantir a participação ativa delas nos espaços de participação do projeto (os Colegiados de Gestão do projeto nos territórios e o Comitê Gestor do Fundo Dema), 3.826 mulheres envolveram-se nesse processo. Agricultoras familiares, quilombolas, indígenas e agroextrativistas conduziram a gestão política dos seus territórios e geraram renda a partir da agroecologia, através 655 quintais produtivos e hortas medicinais e 15 unidades de beneficiamento implantadas protagonizadas por elas e outros 55 empreendimentos sob sua gestão. Os depoimentos revelam também resultados positivos no âmbito pessoal, com aumento da autoestima, repercutindo numa maior segurança para o enfrentamento das violências de gênero.

Com os recursos empregados por meio do projeto também foi possível promover uma série de melhorias na infraestrutura usada pelos grupos nos territórios, dar visibilidade e apoio às práticas agroecológicas já existentes e ampliar a participação em chamadas públicas e em programas governamentais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

É importante destacar que tais resultados foram construídos mesmo frente a desafios inesperados, como a pandemia de Covid-19 - que gerou a necessidade de isolamento social e escancarou a desigualdade no acesso à internet e o desconhecimento sobre a usabilidade de ferramentas de informática por muitos agricultores familiares - e à dificuldades já enfrentadas nos territórios, como aspectos burocráticos que desconsideram a falta de regularização fundiária de comunidades, que há décadas lutam por seus direitos territoriais.

Outro aspecto a ser registrado é o agravamento das mudanças climáticas. No decorrer do projeto Amazônia Agroecológica, queimadas, secas intensas e prolongadas avançaram em velocidade maior do que a construção de soluções por parte dos governantes. A FASE e o Fundo Dema apoiaram comunidades, que não geraram a crise climática, mas que são afetadas de maneira severa, evidenciando que os sistemas de produção dessas comunidades são parte das soluções necessárias.

Com a proximidade da 30ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas/COP 30, que terá lugar em Belém (Pará), em 2025, há a oportunidade de destacar a importância da agroecologia no combate às mudanças climáticas e na garantia de direitos socioterritoriais. Há, ainda, a expectativa de se avançar na responsabilização dos países e setores econômicos emissores de gases de efeito estufa e na promoção de mecanismos de apoio, para agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais, baseados na cooperação e na solidariedade.

Ao mesmo tempo, é preciso que as vozes dos povos da Amazônia ganhem visibilidade. Por isso, a FASE está comprometida com a organização e o fortalecimento da Cúpula dos Povos rumo à COP 30. Esta iniciativa busca garantir que organizações populares do mundo e os povos da Amazônia tenham suas propostas ouvidas.

Para além da COP 30, a FASE continuará empenhada em criar espaços em outros fóruns nacionais e internacionais para que populações tradicionais possam dialogar diretamente com os tomadores de decisão e mostrar ao mundo como gerir o território sem recorrer à exploração devastadora.

A fim de refletir sobre as aprendizagens desse projeto para a qualificação e adequação das políticas públicas, foi realizado o Seminário Nacional Amazônia Agroecológica: Conservação da Biodiversidade, Floresta e a Segurança Alimentar e Nutricional, que reuniu cerca de 100 produtores agroextrativistas, quilombolas e indígenas, além de movimentos sociais, redes, órgãos públicos, operadores de direitos e instituições de pesquisa, em Belém (PA) no mês de abril de 2024. Parte das discussões realizadas está reunida nesta revista, ora apresentada. A revista está estruturada em três eixos: Agroecologia, Direitos Territoriais e Justiça Climática; Segurança Alimentar e Nutricional; e Fundos Comunitários e Democratização do Financiamento Climático.





Comunidade Quilombola Ribeirão da Mutuca (Nossa Senhora do Livramento/ MT). Foto: acervo FASE.

AGROECOLOGIA, DIREITOS TERRITORIAIS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

ENTREVISTA

Amazônia Agroecológica: os caminhos da construção de uma proposta de justiça ambiental e climática

Sara Pereira, coordenadora regional FASE Amazônia

Cidinha Moura, coordenadora regional FASE Mato Grosso

A perspectiva agroecológica é desenvolvida há bastante tempo pelas comunidades nas áreas de atuação da FASE e do Fundo Dema, no Pará e no Mato Grosso. Para fortalecer essas comunidades e apoiá-las na continuidade de suas práticas, o projeto Amazônia Agroecológica foi constituído. A proposta da FASE e do Fundo Dema objetivou a promoção do debate sobre a implementação da agroecologia como um projeto político de desenvolvimento econômico sustentável que vai para além de uma tecnologia. A execução se pautou pelo protagonismo das comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhas, mulheres e jovens e demonstra como o recurso público bem empregado é um mecanismo de justiça social, ambiental e climática. Em entrevista, Sara Pereira e Cidinha Moura relatam os principais pontos do projeto.

O projeto Amazônia Agroecológica, executado pela FASE e o Fundo Dema, com o apoio do Fundo Amazônia, proporcionou a assistência direta a famílias agricultoras e agroextrativistas no Pará e em Mato Grosso, e apoiou projetos locais. No que essa proposta se difere de outras já realizadas pela FASE?

Sara Pereira - A agroecologia é um instrumento essencial que permite a permanência das famílias na terra por meio do manejo adequado de sistemas produtivos em equilíbrio. Há toda uma prática ancestral que traz uma relação integradora com o território, visto que as pessoas enxergam a natureza como um elemento constitutivo da sua própria existência. O Amazônia Agroecológica é criado para aprofundar o debate da agroecologia e aprimorar as técnicas de proteção da floresta que são realizadas pelos agricultores agroextrativistas e comunidades tradicionais e quilombolas. Para isso, alia assistência técnica, acompanhamento das iniciativas produtivas, programas de formação e de gestão política. A FASE é uma organização de educação popular que tem na assistência técnica uma de suas ferramentas de ação para a promoção da agroecologia, e através do Amazônia Agroecológica procura promover a mensagem que a agroecologia demanda territórios protegidos.

Quais são os entraves para a implementação da agroecologia na Amazônia?

Sara Pereira - Um dos principais entraves é a falta de regularização dos territórios. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é o gestor financeiro do Fundo Amazônia, que apoia o Amazônia Agroecológica, adota inúmeras exigências e muito disso passa por requisitos documentais, como a comprovação de titularidade da terra e a outorga de água. Só que na Amazônia ter esses documentos é um problema gravíssimo. Há um caos fundiário intencional e produzido de forma deliberada para beneficiar o setor do agronegócio que se apoia na grilagem de terras.

A FASE trabalha com territórios que lutam há anos para que as áreas sejam tituladas, especialmente os territórios coletivos, como o Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (PAE Lago Grande). Com o projeto Amazônia Agroecológica, trouxemos isso à tona e apresentamos para o BNDES a necessidade de se construir alternativas que dialoguem com as realidades específicas amazônicas, pois é algo que afeta a realização deste e de novos projetos.

Do ponto de vista institucional, quais os principais resultados positivos alcançados?

Sara Pereira e Cidinha Moura – Escolher um resultado é um desafio enorme porque houve muitos avanços nesse projeto. Mas algo que precisa ser destacado é o engajamento das mulheres. O empoderamento das mulheres foi algo excepcional. Desde o início do projeto Amazônia Agroecológica, a FASE olhou para as mulheres como um público que precisava de atenção especial, indo além do entendimento de público-alvo.

Para que elas pudessem ser protagonistas do projeto, realizamos um programa de formação específico, o “Multiplicadores e Multiplicadoras em Agroecologia”, uma experiência que possibilitou a elas o entendimento de serem sujeitas produtoras do sistema agroecológico e não só meras beneficiárias de uma proposta de assistência técnica. Um elemento que ajudou muito nisso foi a experiência do Colegiado de Gestão e Monitoramento do Projeto, um espaço de gestão compartilhada do projeto com as organizações sociais do território, onde as mulheres tiveram sempre uma voz muito ativa, tanto para discutir os problemas quanto para apontar soluções.

Foi muito bonito ver a tomada de consciência das mulheres quebrando a estrutura patriarcal do machismo, se colocando como líderes, decidindo politicamente os processos, e gerando renda para suas famílias. Notamos um sentimento de pertencimento e de amadurecimento de capacidades que não havíamos alcançado em outros projetos.

Esse foi o segundo projeto da FASE financiado pelo Fundo Amazônia, mas a primeira experiência de financiamento para a FASE Mato Grosso. O que foi possível construir a partir desses recursos?

Cidinha Moura – A FASE atua no Mato Grosso desde 1987, em uma região próxima à Bolívia, onde já havia pressão da pecuária de corte e, nos últimos anos, a soja começou a ter uma presença maior por conta das políticas voltadas para fortalecer o agronegócio.

Na Baixada Cuiabana, onde estão presentes as comunidades tradicionais, os povos quilombolas e os assentamentos criados nos últimos 20 anos, ainda encontramos as sementes crioulas sendo usadas como um meio de resistência. Com os recursos do projeto, dobramos o número de festas de trocas de sementes entre os agricultores e as agricultoras. Houve recursos específicos para os animadores de sementes, que são homens e mulheres que trabalham para resgatar sementes crioulas nos territórios.

Conseguimos adquirir kits para testar sementes de milho, assegurando que os agricultores continuem produzindo alimentos usando sementes crioulas e não transgênicas. Com isso, houve avanços importantes para a biodiversidade da região, que é altamente ameaçada pelo agronegócio.

Com os recursos, também reformamos espaços como as cozinhas comunitárias, para que pudessem se adequar às normas da vigilância sanitária. Incentivamos a produção de mudas através dos viveiros comunitários e oferecemos assessoria técnica com frequência. Um dos grandes avanços foi a construção de um biodigestor, que era um sonho antigo dos agricultores que trabalham com a criação de gado e, agora, podem ter a produção de gás e biofertilizantes.

Também destaco a execução do Programa de Formação de Multiplicadoras “Mulheres em Agroecologia”, no qual as mulheres passaram a se reunir e a aprender mais sobre as práticas em agroecologia, foi muito importante.

O apoio financeiro nos permitiu, ainda, aumentar o número de pessoas impactadas pela nossa metodologia “Agroecologia Pé no Chão”. O curso modular foi executado na Baixada Cuiabana e na região Sudoeste de Mato Grosso. Fizemos intercâmbios entre os agricultores de outros movimentos sociais e de outros territórios de atuação da FASE. Trouxemos consultores especializados para trabalhar temas que antes não abordávamos, como a contabilidade rural, o funcionamento das pequenas cozinhas e o acesso a políticas públicas.

Garantimos a continuidade da equipe da FASE para a execução das atividades, mesmo durante a pandemia. Foi um período em que foi preciso nos reinventarmos e de muito, muito trabalho, mas avaliamos que o esforço valeu a pena.

Outro resultado importante foi o fortalecimento da “Rede Caminhos da Agroecologia”, promovida com os parceiros da FASE. O objetivo da Rede é identificar as chamadas públicas e mobilizar as organizações de agricultores/as a participarem. Com os recursos disponíveis, conseguimos nos reunir com mais frequência para desenvolver estratégias de comercialização e facilitar o acesso a programas públicos, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE). Quando o PAA foi retomado, em 2023, conseguimos aprovar três projetos de organizações de mulheres, ou seja, o projeto possibilitou a busca de recursos de outras fontes.

No âmbito do projeto, foi realizado em abril de 2024 o Seminário Nacional, com o objetivo de dialogar sobre a conservação da biodiversidade, da floresta e a segurança alimentar e nutricional na Amazônia. Como as discussões realizadas ajudam o trabalho da FASE?

Cidinha Moura – Com o Seminário identificamos o que realmente funcionou ao longo da execução do projeto e o que ainda pode melhorar com relação às ações nos territórios. Também ficou evidente o problema da escassez de água que afeta os agricultores. Nosso papel, a partir deste encontro, será pensar tecnologias sociais próprias e mapear aquelas já criadas pelos agricultores para que possam ser incorporadas em novos projetos, visando o aproveitamento da água da chuva, por exemplo.

Sara Pereira – A escuta é um elemento fundamental na metodologia de educação popular da FASE e o Seminário foi um espaço importante para os sujeitos principais da ação, ou seja, as comunidades que realmente tocam a proposta do Amazônia Agroecológica no dia a dia.

Ficou claro, a partir das manifestações, que os projetos precisam ouvir as comunidades amazônicas e considerá-las produtoras de conhecimento. A história nos mostra que muitas iniciativas foram implementadas a partir da realidade de outros lugares do Brasil e, por mais bem intencionadas que fossem, se mostraram experiências frustrantes, que deixaram as pessoas endividadas e desacreditadas.

O Seminário Nacional foi realizado um ano antes da COP 30, que será realizada no Brasil. Como ele serve de insumo para a incidência das organizações sociais no evento e para o fortalecimento da temática da agroecologia?

Sara Pereira e Cidinha Moura – Ao mesmo tempo que a COP30 é uma oportunidade de visibilidade para a região da Amazônia, há também o desafio de se promover o protagonismo das comunidades. A FASE tem fortalecido a construção da Cúpula dos Povos, um espaço para vozes dos diversos biomas demonstrarem que a solução para a crise climática não está no mercado, que enxerga a natureza como algo a ser explorado.

A Amazônia tem muito o que dizer para o mundo. Por isso, ministramos um curso sobre a crise climática e sobre o que é uma conferência para mobilizar as lideranças.

Os territórios onde o Amazônia Agroecológica foi realizado demonstram, há muito tempo, como desenvolver sistemas produtivos sem a sanha devastadora do grande capital. É fundamental que essas vozes cheguem neste espaço de discussão e que sejam reconhecidas como criadoras de soluções para a questão climática.

Também entendemos que é preciso que os países produtores da crise climática, sobretudo do Norte global, que são os grandes emissores de gases de efeito estufa, se responsabilizem e financiem as soluções que, efetivamente, garantem a proteção das florestas.

Quais outros legados o projeto Amazônia Agroecológica deixa?

Cidinha Moura – Ampliamos nossa *expertise* sobre a dinâmica do Fundo Amazônia, o que nos dá mais possibilidades de executar, com sucesso, novos projetos para atender as demandas que os agricultores apresentaram a partir do Amazônia Agroecológica.

A rota de comercialização agroecológica, que foi fortalecida no Mato Grosso, também deve ser levada para o Pará. Ao mesmo tempo, o Fundo Dema, que antes só atuava no Pará, passará a apoiar grupos no Mato Grosso com a nossa contribuição. Tudo isso foi alcançado através do Amazônia Agroecológica.

Vejo também que o projeto fortaleceu nossa participação na Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida, na Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Sara Pereira – A execução do projeto já foi concluída, mas ainda hoje recebemos diariamente fotos das atividades realizadas nos viveiros, nas cozinhas comunitárias e nos galinheiros que foram instalados. As comunidades estão dando continuidade ao que foi conquistado mesmo com poucos recursos disponíveis frente ao tamanho do território. Hoje, o Fundo Amazônia enxerga o Amazônia Agroecológica como uma iniciativa a ser replicada, para que outras comunidades possam acessar o Fundo. O projeto também é um bom exemplo para inspirar o próprio executor [BNDES] a pensar melhor a política pública. O Amazônia Agroecológica demonstra como o recurso bem empregado é um mecanismo de justiça social, ambiental e climática.



Mulheres agroextrativistas, sede da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande/Feagle (Santarém/PA). Foto: acervo FASE.



Bandeiras da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Foto: acervo FASE

AGROECOLOGIA, DIREITOS TERRITORIAIS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Territorialidades em disputa e o fortalecimento de políticas públicas de agroecologia

Diálogos do Seminário Amazônia Agroecológica perpassaram as mobilizações para a manutenção dos saberes e a maior efetividade de direitos dos produtores agroextrativistas, quilombolas e indígenas

Reportagem produzida pelas jornalistas

Gabriela Cunha e Maíra Fernandez

O Seminário Nacional Amazônia Agroecológica: Conservação da Biodiversidade, Floresta e Segurança Alimentar e Nutricional foi um espaço importante para as inúmeras vozes que denunciam os ataques do agronegócio e de grandes empresas mineradoras.

“Há uma tentativa de nos tirar dos nossos territórios para que os projetos de destruição que não colocam comida na mesa, apenas geram produtos contaminados pelo agrotóxico, possam avançar. Mas resistimos com nossos modos de vida e culturas mesmo diante de várias violências e da criminalização dos nossos povos”, enfatizou Laura Silva, liderança quilombola da comunidade quilombola Ribeirão da Mutuca, no município de Nossa Senhora do Livramento, na região oeste do estado do Mato Grosso.

A participação da liderança, que também é da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), ocorreu após fortes ameaças de vida dentro do seu território. Em 2023, um grupo de pessoas invadiu a região do quilombo alegando que as terras não pertenciam aos quilombolas. As ameaças foram feitas aos seus familiares. A FASE, por meio da articulação com comunidades, que realizam trabalho de construção e obtenção da qualidade de vida e proteção da terra, repudiou essas ameaças e exigiu o posicionamento da justiça.

Assim como a participação de Laura Silva, a presença de Maria Ivete Bastos também foi significativa. Com 30 anos de atuação pela luta agrária, ela viveu por dez anos sob proteção policial. A presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém chegou a ser ameaçada de ser queimada viva por defender os direitos territoriais das comunidades amazônicas e combater o desmatamento. Ex-vereadora e coordenadora da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém (AMTR), ela refletiu sobre a influência da chegada da soja na região do Tapajós para além do desequilíbrio ambiental.

“A gente conhecia a soja só com o nome ‘óleo de soja’, mas não sabíamos que com ela viria o êxodo rural, o maior conflito fundiário da história do município de Santarém, e a divisão dos povos tradicionais. Os grandes grupos do agronegócio cooperam entre si para promover diferentes estratégias que nos ameaçam. Hoje, quando vou aos territórios, não sou ameaçada pelos pistoleiros, mas pelos próprios moradores por quem lutamos. O capitalismo conseguiu essa divisão”.

Ela ainda expôs como a pressão das grandes empresas do agronegócio e da mineração também afetou a autoestima coletiva.

“Quando eu perguntava para as pessoas o que elas eram, 90% da população do município respondia com muita alegria: ‘sou posseira da terra’. Eu não acreditava que alguém poderia tomar a terra onde vivo desde sempre e meus antepassados estão enterrados. Sou filha da terra, da água e da floresta, mas para essas empresas eu sou uma assentada e empecilho para o desenvolvimento”.

No contexto social brasileiro, alimentar é uma das atividades de cuidados que atravessa o trabalho doméstico, majoritariamente feminino, e na Amazônia, esse traço social se soma à luta pela defesa de seus territórios e o combate à fome e à pobreza. Com isso, as ameaças que as múltiplas territorialidades amazônicas sofrem, com a destruição dos rios e das florestas, afetam especialmente as mulheres. Em Ribeirão da Mutuca, na Baixada Pantaneira, o monocultivo da soja e atividades de mineração também têm levado várias comunidades quilombolas e tradicionais a ficar sem acesso à água própria para o consumo.

“Como tratar de uma cultura alimentar se as águas de rios, poços artesianos e até da chuva estão contaminadas? A nossa resistência está em um alimento de qualidade para o meu vizinho do lado direito, para o meu vizinho do lado esquerdo e para toda uma sociedade que precisa se alimentar de modo saudável. Mas como fazê-la se sofremos cotidianamente com os desequilíbrios ambiental e natural? Com o racismo ambiental? Com as queimadas e injustiças climáticas?”, denunciou Laura Silva.

Como evidenciou o relatório [“Agrotóxicos no Pantanal”](#), Mato Grosso é o estado brasileiro que mais utiliza substâncias tóxicas na agropecuária. Nos municípios de Poconé, Cáceres e Mirassol D'Oeste, foram utilizados nas lavouras 142.738,855 kg de princípios ativos de agrotóxicos. O documento elaborado em 2021 pela FASE, em parceria com a Coordenação Nacio-

nal de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ/MT), o Instituto de Saúde Coletiva (ISC) e Núcleo de Estudos Ambientais, Saúde e Trabalho (NEAST) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), é um produto do Amazônia Agroecológica. Para Ivete Bastos, “enquanto a velocidade do agronegócio é muito rápida, o governo é lento demais e acaba cada vez mais para outros interesses em vez

de pensar em uma política ambiental”. Em sua avaliação, os órgãos de governo “não querem a preservação quando legalizam um plano de manejo predatório dentro de uma unidade de conservação e não fazem fiscalização e quando não há uma prioridade clara e expressa para os assentamentos coletivos agroextrativistas nas falas do governo”.

Reconhecer para permanecer

A luta nos territórios também se estabelece para fazer valer os escopos legais já existentes no reconhecimento dos agricultores e agricultoras agroextrativistas, povos tradicionais e quilombolas.

Nesse contexto, a partir da experiência do estado do Amazonas, constitui-se a Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos (Catrapovos), que entre outros objetivos, busca promover o diálogo entre os governos municipais e estaduais, organizações da sociedade civil e de povos e comunidades tradicionais na integração dos sistemas alimentares tradicionais aos programas de compra institucional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Criado pela Lei nº 11.947/2009, o PNAE tem como objetivo garantir a alimentação escolar dos estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica pública contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Para atender a diretriz de emprego da alimentação saudável, no mínimo, 30% do valor dos recursos federais do programa devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. A medida visa estimular o desenvolvimento

O que é a Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará (Catrapovos-PA)

Formada por representantes de Órgãos Públicos e da sociedade civil, sob a coordenação do Ministério Público do Estado do Pará, a Comissão da Alimentação Tradicional dos Povos do Pará (Catrapovos-Pará) atua em âmbito estadual, debatendo ações, bem como realizando orientações através de Notas Técnicas e Recomendações Legais conjuntas, voltadas para viabilizar a compra, pelo poder público, de itens produzidos diretamente pelas comunidades tradicionais para a alimentação escolar. Também trabalha junto às comunidades outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Estadual Alimentação Escolar do Pará (PEAE).



econômico e sustentável das comunidades. Há também a modalidade Chamada Pública Especial caracterizada pela forma de compra direta de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações.

Ainda assim, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e quilombolas enfrentam uma série de entraves para acessar essa política e também o PAA. A regularização fundiária tem se constituído em uma das principais barreiras. Ainda que não haja limitação formal sobre a participação de agricultores detentores de posse agrária em chamadas públicas, muitos não conseguem participar dos programas. Outro fator é a resistência da indústria alimentícia, que tem criado toda sorte de problemas para que chamadas públicas especiais não aconteçam.

São nessas frentes que a Catrapovos-Pará busca incidir, desde 2021. *“O que se objetiva com uma política pública é contemplar os destinatários, ou seja, os agricultores familiares e agora, mais recentemente, com especial atenção para as mulheres agricultoras, e os beneficiários, ou seja, os escolares e as escolas. E é para isso que estamos atuando fortemente”*, assegurou Herena de Melo, promotora de Justiça Agrária do Pará em Santarém e coordenadora da mesa de diálogos Catrapovos-Pará.

“É preciso entender que a política pública do PNAE não é uma política exclusiva de alimentação. Ela também é uma política de fixação do homem da terra e de desenvolvimento local, ou seja, de desenvolvimento da sustentabilidade social, ecológica e ambiental. Sua abrangência contempla todas as adversidades que podemos encontrar em um território”, enfatizou a promotora. Por exemplo, no âmbito da atuação na Catrapovos-Pará, já se notam avanços. Há municípios que ultrapassaram o percentual

mínimo de 30% na compra da merenda escolar, diretamente da agricultura familiar com recursos do PNAE. *“Sabemos que para muitas das nossas crianças a alimentação escolar é a única refeição do dia. Se queremos que todas as crianças tenham as mesmas condições de acesso à educação e direito à aprendizagem, e permaneçam no campo, é preciso garantir uma educação no campo de qualidade na sua totalidade”*, sustentou a promotora.

Ângela Lopes, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e representante do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) entende que é preciso vontade política para fazer o processo da agroecologia acontecer. Afirmou ainda que as políticas públicas precisam incidir para a garantia da segurança alimentar e criticou os diferentes níveis de governo que promovem a ideia de uma economia verde sem considerar projetos de assistência técnica preocupados com a preservação dos territórios.

“O açaí faz parte da cesta básica do paraense, mas isso está comprometido pelas grandes indústrias do monocultivo que plantam, processam e vendem nosso alimento a preços abusivos. Nos assusta quando nos deparamos com a imposição de um sistema alimentar globalizado e neoliberal. As atuais gerações de crianças e jovens já são afetadas pelo desaparecimento de plantas e alimentos constituintes dos sistemas alimentares próprios da Amazônia. Isso é reflexo do sufocamento promovido pelo agro-negócio contra a agricultura familiar”.

Nas discussões sobre a permanência nos territórios também foi abordada a situação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, em Santarém, criado em 2005, por demanda das comunidades das regiões do Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande, que juntas compõem toda a gleba Lago Grande. Um docu-

mento fundamental para proteger o PAE Lago Grande é o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Previsto em decreto desde 1967 e incorporado na legislação federal em 1988 e 2007, o documento garante a conclusão do processo de reforma agrária ao conceder as terras do assentamento às famílias representadas pela Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE). O CCDRU visa promover a regularização fundiária de interesse social, o cultivo da terra, o aproveitamento sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais e de seus meios de subsistência. Mas a espera tem sido longa.

“Construímos o termo de cooperação técnica para o CCDRU do PAE Lago Grande e esperamos pela assinatura. Nos indigna esperar por algo pleiteado desde 2005”, destacou Ivete. “Esperamos pelo CCDRU, pela efetivação de crédito habitação e do Fomento Mulher. Nossas dores são muitas”, complementou a liderança que nasceu na comunidade de Dourado, no distrito de Arapixuna.

Nos últimos anos, a FEAGLE e o STTR de Santarém pressionaram constantemente o INCRA em favor das famílias. A FASE também tem agido para que o CCDRU seja concedido às famílias. Ele possibilitará a implementação das políticas de reforma agrária que as famílias do assentamento têm direito.



Viveiro na comunidade Terra Preta dos Viana, Projeto Agroextrativista Lago Grande (Santarém/PA). Foto: acervo FASE.

Resistir para existir

Os diálogos do Seminário Amazônia Agroecológica também perpassaram as mobilizações para a defesa dos saberes tradicionais, entre elas a candidatura junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil para que seja reconhecido o Sistema Agrícola Tradicional da Baixada Pantaneira como um Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM). Desde 2020, a FASE e a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Ribeirão da Mutuca (ACORQUIRIM) vem coordenando a proposta em diálogo com a FAO Brasil.

Uma das práticas tradicionais do Sistema Agrícola Tradicional da Baixada Pantaneira é o chamado Muxirum, trabalho em grupo que organiza as atividades agrícolas e alimentares nos quilombos. Durante os Muxiruns ocorre também a transmissão de conhecimentos sobre práticas e técnicas ancestrais de manejo do Pantanal.

“É uma forma de demonstrar e valorizar aquilo que nós temos: os nossos modos de produzir, nossas árvores, nossos costumes, nossas tradições, danças, festividades, comidas e toda a nossa ancestralidade dentro do nosso território. Precisamos manter nossos saberes através da prática, da vivência e ensinando principalmente as novas gerações, que são os nossos olhos do hoje, do amanhã e do depois”, disse Laura Silva.

Outro exemplo, é a Marcha das Margaridas, uma manifestação de mulheres trabalhadoras rurais, das florestas e das águas de todo o Brasil, realizada desde 2000, que tem revelado grande capacidade de articulação e promoção da autonomia econômica por meio da solidariedade, reciprocidade, justiça e respeito à natureza. A Marcha das Margaridas acontece a cada quatro anos em Brasília e integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

“Na Marcha das Margaridas, fazemos o debate junto às ribeirinhas, pescadoras, indígenas e quilombolas sobre o poder de participação na política, na agroecologia e na promoção dos sistemas alimentares. São questões que precisam perpassar as mulheres, mas também o homem e a família, porque só assim vamos ter um projeto de vida envolvendo todos os sujeitos que estão no campo e discutir nosso papel na Amazônia”, defende Angela.

Olhar para o futuro

Ao mesmo tempo que as mobilizações almejam um reconhecimento maior sobre a ancestralidade dos grupos e a efetividade de direitos no presente, as ações são encadeadas mirando o futuro. Nessa agenda, a 30ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (COP30) também está presente. Durante o evento, que será realizado pela primeira vez no Brasil, em novembro de 2025, em Belém, também ocorrerá a Cúpula dos Povos rumo a COP30, um espaço autônomo para promoção da agenda ambiental justa, popular e inclusiva.

Ivete Bastos assinalou que a COP30 se dará após uma das piores secas na Amazônia que quase fez desaparecer a maniva (folha da mandioca) da culinária paraense e de anos de intolerância, preconceito e criminalização perpetuados por governos anteriores. Esses aspectos, em sua avaliação, só reforçam a necessidade de se olhar e compreender a realidade amazônica.

“É agora ou é nunca. Não existe mais depois. Não temos mais tempos diante da crise ambiental e do desespero que se instalou. Tanto se fala em bioeconomia na Cop30, mas o governo precisa nos dar vez, voz e nos respeitar nas particularidades dos nossos territórios”.

Alinhado a essa perspectiva, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) publicou uma recomendação (nº 19/2024/Consea) à Secretaria Extraordinária da COP30 para que viabilize ‘comida de verdade’, durante o evento, oriunda da agricultura familiar, dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, da produção agroecológica e da sociobiodiversidade aos participantes do evento, seguindo as diretrizes e recomendações do [Guia Alimentar para a População Brasileira](#), do Ministério da Saúde (MS).

Ângela Lopes destacou ainda o necessário papel do Fundo Amazônia como indutor para o resgate dos sistemas alimentares.

“Os projetos do Fundo Amazônia nos despertam para o valor que nós temos enquanto sujeitos do campo, da floresta, das águas. Esse pertencimento precisa ser trabalhado para demonstrar que nós não temos medo de estarmos organizados em pequenas associações que são grandes em suas ideias e resistências”.

A vigilância para que os sistemas alimentares, a cultura e as vivências sejam respeitadas na integralidade soma-se às discussões sobre o futuro da região, disse Ângela Lopes, do FETAGRI-PA.

“Vamos estar todos os dias na resistência, seja numa grande marcha, seja usando os protocolos de consulta. No dia que mais pessoas estiverem produzindo agroecologicamente não vamos ter preço barato sobre os produtos, vamos ter o preço justo para as nossas comunidades. A agroecologia perpassa tudo isso porque a agroecologia é vida”.



Desenho Comunidade Maiauatá (Abaetetuba/PA). Foto: acervo FASE

AGROECOLOGIA, DIREITOS TERRITORIAIS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

Desafios para a efetivação do direito à terra e ao território na Amazônia

Julianna Malerba (FASE)

As estratégias que a FASE desenvolveu no projeto Amazônia Agroecológica são baseadas no pressuposto de que políticas e ações de conservação ambiental têm maior eficácia quando articuladas à garantia de soberania e segurança alimentar. Outro pressuposto, associado ao primeiro, diz respeito ao papel que as práticas agroecológicas, baseadas na experimentação, no agroextrativismo, na diversidade produtiva, no manejo associado entre diversas espécies, cumprem ao garantirem segurança alimentar e conservação da biodiversidade.

O desenvolvimento dessas práticas e dos sistemas agrícolas complexos que derivam delas - em que a produção familiar se constitui não apenas a partir da roça cultivada nos terrenos de posse familiar, mas dos quintais, da caça, da pesca, do extrativismo, do uso compartilhado de espaços comuns e também do acesso sazonal e comum a porções do território, a exemplo das várzeas - está intrinsecamente articulado a outras

práticas, também diversas, de posse, usufruto e transmissão da terra.

Práticas essas que se conectam à própria luta do campesinato brasileiro pelo seu direito à terra, à luta que esses povos desenvolveram para terem acesso e permanecerem na terra. É preciso lembrar que o Brasil jamais realizou uma política universal e efetiva de reforma agrária. Por muito tempo, as possibilidades de acesso à terra para a maioria da população do campo se dava a partir da permanência como sitiante ou meeiro em grandes fazendas sob consentimento de seus proprietários, onde podiam cultivar suas roças desde que trabalhassem nas lavouras dos fazendeiros. Outra alternativa era o apossamento de terras devolutas em regiões mais distantes e menos povoadas que, no momento em que a fronteira econômica se expandia, obrigava esse campesinato a se mover em busca de novas terras ou a se integrar como trabalhadores rurais.

Essa situação de insegurança fundiária permanente, ao passo que se tornou um fator estruturante de nossas desigualdades sociais e instaurou uma situação de permanente violência no campo que perdura até hoje, produziu experiências muito particulares de uso da terra.

Podemos citar o confinamento das posses em pequenas áreas dentro de grandes latifúndios, o avanço permanente sobre novas fronteiras diante a expulsão pela grilagem e o próprio exercício da posse em regiões de floresta mais densa onde eram menos ameaçados pela expulsão. Tudo isso fez com que uma parcela significativa do campesinato garantisse sua reprodução social adotando estratégias de compartilhamento e uso sazonal dos recursos, desenvolvendo práticas de manejo e conservação da biodiversidade, de trabalho coletivo e regras comunitárias de apropriação e uso da terra.

É por isso que hoje, no Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande - PAE Lago Grande um território composto por áreas de várzea e terra firme, centenas de igarapés e matas repletas de frutos nativos e outros produtos florestais, encontramos práticas produtivas que articulam domínios de posse familiar (como as áreas de roçado familiar, as colônias) com usufruto comunal de áreas de coleta extrativista, de ilhas que se formam nas várzeas durante o verão, de instrumentos de trabalho, como as casas de farinha em geral partilhada por mais de uma família.

Ainda que cada família exerça posse sobre terrenos ocupados por suas casas e suas roças e reconheça e respeite a posse das demais, há uma concepção de posse coletiva sobre o conjunto do território. Essa concepção deriva de uma experiência histórica comum, marcada tanto pelo risco permanente de expulsão, já que até a criação do assentamento praticamente nenhuma família possuía título de suas terras, quanto pela ideia de que em não havendo propriedade individual e absoluta garantida por um título, as posses são exercidas e legitimadas pelo trabalho familiar e também comunitário, podendo ser transmitidas a outra família com a permissão de quem exercia a posse anteriormente ou com aval da comunidade.

Esse sistema de apossamento, que inclui e articula a posse familiar das casas, quintais, pastos e roçados com a posse coletiva do território, possibilita às famílias usarem de forma sazonal outros espaços e ecossistemas existentes no território, como as áreas de coleta de produtos extrativista (frutos, palhas, madeiras) e as áreas de várzea, ocupadas no verão por algumas famílias que, depois de cultivarem as roças em suas colônias na terra firme durante o inverno, para lá se retiram para desenvolver atividades de pecuária, pesca e plantio de culturas anuais de várzea.

Esse modo de exercer a posse que possibilita às famílias o uso articulado, complementar e sazonal dos distintos espaços e ecossistemas é regulado por relações de reciprocidade e construção de acordos internos às comunidades. Esses acordos visam, justamente, manter aberto e sob controle comunitário recursos considerados essenciais à reprodução econômica e social das famílias.

E não apenas no PAE Lago Grande, mas Brasil afora vemos experiências em que essas dinâmicas têm garantido, por exemplo, espaços de pastagem a famílias cujos terrenos em suas posses familiares são insuficientes para garantir o pastoreio durante o ano todo, como acontece com as comunidades de fecho e fundo de pasto no Oeste baiano. As práticas de uso comum e compartilhado em terras tradicionalmente ocupadas, ao assegurarem espaços de pastagem, plantio, pesca e extrativismo a grupos cuja extensão das posses familiares são insuficientes, ampliam as possibilidades de acesso à terra e aos produtos extrativistas e da biodiversidade, contribuindo à segurança alimentar e nutricional e à autonomia econômica de milhares de famílias. Ao mesmo tempo, essas práticas derivam a construção de conhecimentos e de formas de manejo da biodiversidade, adaptadas às condições ambientais, que tem se mostrado determinante para proteção da biodiversidade e para segurança e soberania

alimentar. Portanto, ao pressuposto de que a conservação da biodiversidade está intrinsecamente articulada à garantia de segurança e soberania alimentar, agrega-se mais um elemento referente à garantia do direito à terra e às territorialidades que são exercidas nela e que inclui a diversidade de usufruto e posse existente nesses territórios.

De fato, algumas pesquisas demonstram a efetividade das terras tradicionalmente ocupadas para contenção do desmatamento e proteção da biodiversidade. A partir de uma análise de tendência das trajetórias diferenciais na cobertura vegetal em todos os biomas brasileiros entre 1985 e 2018, constatou-se que os territórios tradicionais desmataram consistentemente menos em seu interior quando comparado com o entorno. No PAE Lago Grande, é muito significativo que as áreas de floresta sigam ocupando 85% do assentamento segundo análise sobre uso e cobertura do solo realizada em 2019².

Esses dados, confrontados com as dinâmicas de desmatamento na Amazônia, revelam que a criação de sistemas sociais e jurídicos e de normatividades que se articulam a valores vinculados à reprodução familiar e comunitária, tem eficácia social e ambiental e, portanto, devem ser reconhecidos e protegidos por meio de políticas fundiárias e de ordenamento territorial.

2. Confere: PELICANO, Ana Rita Homem Pelicano. **Análise da Paisagem com Foco no Uso e Cobertura da Terra no Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande (PA)**. Mimeo, 2019 e OVIEDO, Antonio e DOBLAS, Juan. *Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da MAGALHÃES, Sônia Barbosa e ADAMS, Cristina (org). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021.

Como garantir esse reconhecimento e proteção?

Para responder a essa pergunta é preciso analisar a estrutura fundiária do Brasil: de um lado, temos uma concentração enorme da propriedade da terra – menos de 1% das propriedades concentra 47% das terras agrícolas, enquanto 50% das propriedades possuem menos de 10 hectares e ocupam 2% das terras agrícolas do país. (Dados do Censo agropecuário de 2017); de outro lado, praticamente metade do território nacional (52,7%) é composto por terras públicas ou com restrições a propriedade privada.

Segundo pesquisa³ realizada em 2019 por cientistas do Imaflora, UFPA, Esalq, UFMG e IPAM, cruzando informações fundiárias de várias bases de dados 36,1% dessas terras públicas ou com restrições à propriedade privada são compostas por terras públicas registradas sobre propriedade do Estado (União, estados e municípios) sendo que: 29,7% delas já estão destinadas a unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos de reforma agrária, quilombos e outras terras comunitárias, além de áreas militares e ocupadas por órgãos públicos e 6,4% ainda não estão destinadas. Já 16,6% não são registradas ou têm posse desconhecida, são as chamadas terras devolutas. O fato de serem devolutas não significa que essas terras estejam vazias. A maior parte delas tem sido historicamente ocupada por agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais, excluídos do acesso estável à terra, sendo pressionadas permanentemente pela grilagem de terras públicas, geralmente acompanhada de desmatamento, fraude de documentos e violência contra as comunidades que

tradicionalmente as ocupam. Isso também vale para os 6,4% das terras públicas registradas, porém não destinadas.

Essa realidade – concentração da propriedade e existência de um montante significativo de terras públicas – se explica, em parte, pela ausência histórica de uma ação efetiva de discriminação das terras públicas e de reforma agrária (o que faz com que ainda exista um montante significativo de terras devolutas no país), e em parte, porque a luta social, com forte protagonismo dos povos do campo e da floresta conseguiu que na Constituição de 1988 fosse criado um regime fundiário que determina que as terras públicas e devolutas, assim como os demais bens públicos, devem atender ao interesse público, o que segundo o texto constitucional significa priorizar sua destinação para: a política de reforma agrária (art. 188), a criação de espaços ambientalmente protegidos (art. 225) e o reconhecimento de direitos territoriais a povos indígenas e quilombolas (art. 231 e art. 68 do ADCT da CF).

Essas destinações constitucionais garantiram que uma parte das terras públicas tenha sido destinada para proteger as territorialidades que mencionamos a partir do reconhecimento de terras indígenas, territórios quilombolas e, embora a Constituição não inclua explicitamente os demais povos e comunidades tradicionais, algumas políticas ambientais e de reforma agrária – como as áreas protegidas de uso sustentável: RESEX/reservas extrativistas, as FLONAS/florestas nacionais, as RDS/reservas de desenvolvimento sustentável e os assenta-

3. Um estudo realizado, em 2019, revelou que quase 53% do território nacional é constituído por terras públicas e/ou inalienáveis. *Fonte:* Who owns Brazilian lands? (A quem pertencem as terras brasileiras?), produzido por cientistas do Imaflora, UFPA, Esalq/USP, UFMG, IPAM, 2019 disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837719304077>

mentos ambientalmente diferenciados como os PAE/ projeto de assentamentos agroextrativistas, os PDS/ Projetos de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável e os PAF/ Projetos de assentamento Florestal – são destinadas a povos e comunidades tradicionais. Infelizmente, elas são insuficientes e é muito importante que os povos e comunidades tradicionais não indígenas e não quilombolas sigam lutando por leis e políticas que reconheçam e garantam seus direitos territoriais.

Outro fator que explica a existência de um montante significativo de terras públicas e/ou com restrições à propriedade privada diz respeito ao fato de que essas destinações constitucionais (criação de assentamentos, criação de áreas protegidas, de proteção integral ou de uso sustentável; reconhecimento de terras indígenas e quilombolas) mantêm essas terras de forma permanente ou temporária fora do mercado de terras.

Embora a Constituição tenha aprovado um regime fundiário que desmercantiliza uma parte das terras do país visando a proteção ambiental, a reforma agrária e a garantia de direitos territoriais, a política econômica e de desenvolvimento implementada nas últimas três décadas, desde que a Constituição Federal foi promulgada, esteve sempre centrada em criar condições para a expansão e fortalecimento de setores econômicos, como o agronegócio e a mineração, que têm na terra um importante ativo econômico e financeiro.

É por isso que, pelo menos, há uma década assistimos a inúmeras iniciativas, nas três esferas de governo (executivo, legislativo e judiciário) a nível federal e estadual, que visam transferir as terras públicas e devolutas ao mercado de terras. Alguns exemplos referem-se às terras indígenas em processo de reconhecimento que podem ser invalidadas pelo Marco Temporal; às áreas protegidas e os

assentamentos ambientalmente diferenciados, que vem tendo seus limites alterados e reduzidos para garantir a instalação de portos e outros empreendimentos econômicos, como aconteceu com o Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso (PA); aos assentamentos de reforma agrária, que hoje estão sendo alvo de uma política de titulação sem que as demais políticas de desenvolvimento dos assentamentos tenham sido implementadas, deixando-os vulneráveis ao mercado de terras; aos vários processos visando a legalização de terras griladas sobre terras devolutas e não destinadas, por meio de mudanças normativas, no plano federal e estadual que visam legalizar a grilagem em terras devolutas federais e estaduais através da diminuição dos marcos temporais de ocupação, ampliação do tamanho das áreas passíveis de regularização fundiária, isenção de vistorias em campo através da verificação automatizada de documentos, validação de documentos precários, etc.

Perspectiva progressista em meio a pressão do mercado de terras e de bens naturais

Essas investidas não começaram a partir do golpe de 2016 ou depois da eleição do Bolsonaro. A partir de 2010, as entidades representativas do agronegócio passaram a explicitamente atacar os instrumentos e políticas de democratização do acesso à terra e a demandar políticas de regularização fundiária e ambiental que validassem ocupações ilegais de terras públicas e áreas desmatadas ilegalmente. A partir de 2016 se intensificaram e levaram a alguns retrocessos que ainda estamos com muita dificuldade de reverter.

No entanto, o cenário, a partir de 2023, mudou não apenas pela eleição de um governo mais progressista, mas por um contexto mais amplo que vem determinando inclusive as próprias ações que o governo tem desenvolvido em relação à pauta agrária e fundiária. Um contexto em que a agenda climática e as negociações internacionais envolvendo essa agenda vem tendo um peso determinante sobre as políticas relacionadas à propriedade, posse e uso da terra.

É verdade que no Brasil, metade das emissões de gases de efeito estufa (GEE) (49%) é decorrente de mudanças no uso da terra⁴. Ou seja, do desmatamento. E que, portanto, reduzir as emissões passa por reduzir o desmatamento. Mas também é verdade que o avanço do desmatamento coincide com as áreas de abertura de pastos para pecuária e campos para monocultivos de soja. No entanto, as estratégias governamentais para combater as mudanças climáticas estão menos voltadas à imposição de limites à expansão do agronegócio. É impor-

tante lembrar que as emissões do agronegócio ficaram de fora das obrigações previstas do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), quando foi aprovado o PL 412/2022, que regulamenta o mercado de carbono no Brasil.

Por outro lado, há um forte estímulo no desenvolvimento de mercados de novos negócios verdes, que vão desde a construção de parques eólicos e a extração de minérios “estratégicos” para a transição energética até a regulamentação do mercado voluntário e jurisdicional de carbono. Mercados que, cada vez mais, necessitam de terras regularizadas e livres de conflito para se tornarem juridicamente seguros e economicamente viáveis.

Por isso, políticas de regularização fundiária – voltadas especialmente para a regularização de imóveis individuais e particulares, apesar dos preceitos constitucionais indicarem que outras prioridades devem orientar a destinação de terras públicas (criação de áreas protegidas, terras indígenas, territórios quilombolas, territórios de outros povos e comunidades tradicionais, reforma agrária) – tem ganhado cada vez mais centralidade nos discursos públicos e nas iniciativas de ordenamento fundiário e territorial.

Embora se argumente que a regularização favorece a fiscalização e controle e do desmatamento, propriedades individuais e particulares, diferente das terras públicas e comunitárias que são inalienáveis, são mais atrativas ao mercado imobiliário de terras, podendo ser da-

4. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil / 1970-2021. Disponível em <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>

das em garantia de dívida no mercado de capitais. Sua regularização pavimenta, portanto, a entrada de milhões de hectares no mercado de terras, inclusive de terras griladas.

É certo que há avanços, como a reformulação da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas (CTD) que a partir da edição do Decreto nº 11.688, deixou claro a política que o colegiado deve seguir, voltada para a priorização de criação de áreas protegidas, terras indígenas e quilombolas, territórios de outros povos e comunidades tradicionais, reforma agrária, concessões florestais e políticas públicas de prevenção e controle do desmatamento, reafirmando, portanto, os preceitos constitucionais que disciplinam a destinação de terras públicas. No entanto, sua reformulação foi anunciada como forma de viabilizar o programa de concessão de terras públicas para restauração florestal por meio de programas de compra de créditos de carbono.

O governo estima que cerca de 80% do potencial de geração de créditos de carbono de reflorestamento de florestas federais degradadas estão em terras não destinadas. Há um temor, por parte dos movimentos sociais, de que se imponha uma instrumentalização da regula-

rização fundiária dos territórios a seu potencial de prestação de serviços ambientais. Além disso, o fato da Câmara Técnica de destinação se limitar a tratar das terras públicas federais concentradas majoritariamente na Amazônia representa um limite, que se agrava considerando a ausência de participação social na câmara técnica.

Somado a isso, há muitas dúvidas sobre como garantir que o mercado de carbono não violará direitos das comunidades: Como serão avaliados os impactos? Como será assegurada a Consulta Prévia, Livre e Informada? Como será feita a repartição de benefícios, uma vez que grande parte das terras tradicionalmente ocupadas e dos territórios mais conservados tem dominialidade pública? Como serão definidos os mecanismos de escolha dos projetos e será assegurada ampla participação dos povos e comunidades?⁵

Esses são alguns dos desafios que temos hoje no debate da regularização fundiária, tanto em relação à proteção de sistemas de posse coletivos quanto à garantia de que os territórios tenham autonomia produtiva e possam garantir segurança alimentar e conservação da sua biodiversidade.



5. Conforme Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Pará. **Nota técnica n. 02/2023**. 2023



Atividade de formação, Centro de Treinamento e Tecnologia Alternativa Tipiti (Abaetetuba/PA).
Foto: acervo FASE

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Direito à alimentação adequada e saudável:

o papel das comunidades amazônicas na promoção da diversidade alimentar e na construção do caminho da soberania alimentar

Em cada modo de vida nos territórios, há vários alimentos que transportam cultura e contribuem para organizar os sistemas alimentares. Por isso, é uma questão política, de consciência social e ambiental, valorizar a diversidade alimentar para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)

Maria Emília Lisboa Pacheco (FASE)

Em 2024, quando o Guia Alimentar para a População Brasileira completa dez anos, o livro “Culturas alimentares: um estudo sobre comunidades amazônicas”, realizado pela FASE⁶ junto a comunidades quilombolas e agroextrativistas dos estados do Pará e do Mato Grosso, apresenta seus resultados. O principal deles é que a agricultura familiar, agroextrativista e agroecológica, nestes locais da Amazônia Legal, reafirma o princípio da diversidade alimentar e nos mostra a construção do caminho da soberania alimentar, em linha com o que é almejado pelo guia, que recomenda a necessidade de a base da alimentação ser composta de alimentos in natura ou minimamente processados. Imbuída desse propósito e inspirada pela campanha Comida é Patrimônio do FBSSAN, a FASE realizou esse estudo, que integra o projeto Amazônia Agroecológica.



COMIDA É PATRIMÔNIO

A campanha teve início em 2014 como um desdobramento do lema do 7º Encontro Nacional do FBSSAN – Que alimentos (não) estamos comendo? Foi definida a partir de 4 eixos – comida é um bem material e imaterial; comida é identidade, memória e afeto; comida é diálogo de saberes; comida como modos de vida. E desenvolveu-se com os objetivos de: iluminar estratégias de comunicação para a construção compartilhada de saberes em torno da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; ampliar diálogos sobre desigualdades étnico-raciais, regionais, de gênero e geracionais bem como sobre as injustiças relacionadas às questões fundiárias e de direito à alimentação e chamar atenção para os significados das culturas alimentares.

Destaco aqui, brevemente, alguns dos resultados alcançados pela pesquisa a partir do financiamento do Fundo Amazônia gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Conservação da biodiversidade e o papel das mulheres como guardiãs de saberes

Ao nos dedicarmos a identificar os alimentos coletados, produzidos e consumidos pelas famílias na região Baixo Tocantins e Baixo Amazonas, no Pará; na região sudoeste do Mato

Grosso, e em áreas de transição do bioma Pantanal, nas bacias dos rios Cuiabá e Bento Gomes – importantes afluentes do rio Paraguai –, na Baixada Cuiabana, mapeamos o significado

6. O livro Culturas Alimentares: um estudo sobre comunidades amazônicas, de autoria de Maria Emília Pacheco Lisboa e Rosângela Pezza Cintrão, foi escrito e lançado em 2024 pela FASE no âmbito do projeto Amazônia Agroecológica.

cultural, identitário e de pertencimento ao território e o papel das mulheres.

Fica claro que, em cada um dos modos de vida nos territórios, há exemplos de alimentos que se destacam na organização do sistema alimentar. Na Baixada Cuiabana, a banana está presente no preparo de pratos salgados e doces, como a saborosa bala de banana enrolada na palha da bananeira, ou o mamão transformado no doce “furrundum”. No sudoeste do Mato Grosso, as comunidades coletam o pequi, o babaçu, a amêndoa do baru para preparações culinárias. Em Abaetetuba e Igarapé-Miri, no Baixo Tocantins, no Pará, o mingau do açaí está presente nas várias refeições. No Baixo Amazonas, em Santarém, as variedades da mandioca permitem o beneficiamento e preparação, por exemplo, de muitos tipos de “beijus”.

A Caderneta Agroecológica, um instrumento de mobilização das mulheres aplicado no processo educativo desenvolvido pela FASE, no Baixo Tocantins, mostra que cerca de 127 espécies vegetais, como hortaliças, frutos, grãos, tubérculos, raiz, entre outras, são resguardadas pela ação de conservação das sementes e mudas e as práticas culinárias, sobretudo, de mulheres agroextrativistas. Elas são as guardiãs de saberes e sabores em seis comunidades, ressignificam seus quintais por meio do movimento agroecológico que aplica princípios da econo-

mia feminista em defesa dos seus direitos, sua auto-organização com a perspectiva da construção de sua autonomia política e econômica.

No Mato Grosso, outra forma de resistência é o Banco de Informações sobre Sementes (BIS), criado no final dos anos 1990 pelo Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável (GIAS), com gestão e manutenção pela FASE. Nesse instrumento, que se rege pelo princípio dos comuns ao defender a autonomia e o controle dos agricultores sobre as sementes e evitar o processo de perda das espécies e variedades, estão lançadas em sua base de dados 1.241 buscas de sementes e mudas e 512 espécies cadastradas. Aqui também é central a contribuição das mulheres e sua significativa participação nos encontros de trocas e festas das sementes.

Também identificamos as festas e as feiras agroecológicas. As festividades no Baixo Tocantins, no Baixo Amazonas, e na Baixada Cuiabana homenageiam o açaí, a mandioca e a banana, respectivamente. São alimentos que representam parte profunda das culturas alimentares. Essas expressões não podem ser perdidas de vista porque replicam histórias, tradições e se constituem em espaços de obtenção de renda para a agricultura familiar e agroextrativista. São exemplos de resistências pelo direito à alimentação adequada e saudável.

A defesa dos direitos coletivos nos territórios

É significativo lembrar que o Direito Humano à Alimentação foi inscrito na Constituição Brasileira somente em 2010. E é muito recente também o reconhecimento das comunidades tradicionais. O Decreto nº 6.040/2007 foi um marco na oficialização do conceito de território, que se tornou uma categoria analítica e de luta política, com a reafirmação das terras tradicionalmente ocupadas presente na Constituição de 1988. E posteriormente, em 2016, com o Decreto nº 7.850 foram reconhecidas cerca de 27 comunidades tradicionais (ribeirinhas, pescadoras, comunidades tradicionais de matriz africana, pantaneiras, etc), que junto com povos indígenas e comunidades quilombolas passaram a compor Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A identificação dessas comunidades tradicionais que existem na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, por exemplo, é inovadora por iluminar as regras sociais estabelecidas dentro dos ecossistemas, especialmente no que tange as áreas de uso comum, como a floresta, os igarapés e os rios. Ao mesmo tempo, ressalta

a necessidade de um olhar integrado sobre os territórios, a biodiversidade, a alimentação e a defesa dos direitos coletivos. Essa postura tem sido essencial na trajetória do trabalho educativo com abordagem socio ambiental da FASE.

Os protocolos de consulta prévia livre e informada para defesa dos territórios, elaborados pelas organizações agroextrativistas como a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE), no Baixo Amazonas, e da Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África (AQUIBAC), no Baixo Tocantins, com apoio da FASE, têm sido instrumentos de resistência muito significativos.

Tais protocolos baseados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são associados aos planos de uso, que definem o que é permitido no manejo dos territórios, visando a preservação de rios, igarapés e outros cursos da água, da floresta e matas. Aqui se incluem também os chamados acordos de pesca comunitários.

Dificuldades que persistem e perspectivas para se alcançar as mudanças necessárias

Em relação à redução da biodiversidade, a seca, bastante persistente, e o impacto de grandes projetos de monocultivo, pecuária e minerários, tem gerado uma perda muito grande de variedades de espécies e de mudas de árvores nativas como também do pescado.

O escritor Leandro Tocantins dizia que, “na Amazônia, o rio comanda a vida”. Mas lamentavelmente, vemos esses impactos alterando as interações complexas entre os ecossistemas e seus povos.

Nas variações de paisagem da natureza as comunidades vivem da água, da pesca, da caça, da coleta, do cultivo em roçados e quintais (em suas várias denominações). Porém, no Mato Grosso, na comunidade de Morrinhos, por exemplo, onde é forte a tradição da pesca, as famílias identificam a redução das espécies em razão das mudanças climáticas e do impacto das monoculturas e da pecuária. No Baixo Tocantins, em alguns igarapés, os peixes estão sendo afugentados pelo barulho dos moto-

res e de alteração dos circuitos de águas com grandes projetos de hidrovias. As espécies de camarão que existiam ali já não são mais encontradas em razão da contaminação por agrotóxicos. O desmatamento, e os incêndios criminosos, forçam os animais a se deslocarem para as áreas de roçados e sistemas agroflorestais em busca do que comer

O estudo realizado pela FASE demonstra que há uma desestruturação dos ecossistemas que afeta a cosmologia, já que as populações se veem integradas com a natureza que está sendo devastada. Portanto, precisamos refletir sobre as causas da fome, a manifestação de novas fomes e entender essas interrelações. E, principalmente, insistir que a luta pela alimentação de qualidade e diversificada é parte da luta política.

Ao longo das décadas, acompanhamos a alimentação se transformar em uma prática muito homogênea e reduzida a poucas espécies no mundo. E não é possível falar das mudanças ou perdas de práticas na produção de alimentos (receitas, sementes ou práticas tradicionais de cultivos) e seu impacto para a memória alimentar e para a segurança alimentar e nutricional sem citar a pressão da indústria alimentícia que influencia a mudança dos hábitos alimentares que já acontece na Amazônia com o aumento no consumo dos chamados produtos alimentícios ultraprocessados. Mas também vimos a restrição ao consumo de alguns alimentos feita por profissionais da saúde.

A mandioca, uma das raízes presentes há pelo menos seis mil anos na agricultura praticada por povos indígenas da Amazônia em sistemas agroflorestais altamente diversificados, e que no século XVIII foi chamada de “pão da Amazônia” por viajantes, mantêm-se presente nas comunidades do Baixo Tocantins e do Baixo Amazonas. Ela é transformada em diferentes farinhas, dando origem a uma gama de bei-

jus (preparação culinária de origem indígena). Essa é uma evidência da inovação decorrente da manutenção de uma tradição.

Por outro lado, constata-se a crescente restrição à mandioca e seus produtos derivados imposta por profissionais médicos e nutricionistas. É preciso indagar o que de fato está acontecendo para que o consumo de farinha de mandioca seja desaconselhado mesmo quando há publicações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) recomendando a valorização e o estímulo ao consumo devido a seu teor de fibra alimentar e amido resistente, que influenciam positivamente o funcionamento do trato digestivo, a flora microbiana, o nível de colesterol no sangue, o índice glicêmico e o controle da diabetes.

A inquietação dos profissionais da saúde está na farinha produzida artesanalmente ou nos corantes artificiais cada vez mais empregados pela indústria para promover um mercado consumidor baseado em determinadas colorações da farinha de mandioca? Esse é um ponto que ainda demanda mais investigação.

O que já está bastante claro são as dificuldades e as barreiras levantadas frente aos modos de produção artesanal.

A realização do estudo participativo no Mato Grosso, nos anos de 2019 e 2021, e no Pará, em agosto de 2022, mostra que mesmo com iniciativas de mudança em leis e normas sanitárias por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as associações e grupos de produtores e produtoras continuam enfrentando dificuldades.

A visão de risco que incide sobre os alimentos oriundos da agricultura familiar e das propostas da economia solidária não é algo novo e data do governo Getúlio Vargas. Entretanto, essa criminalização dos modos de produção artesanal não se aplica aos chamados produtos alimentí-

cios ultraprocessados, dotados de substâncias desconhecidas pela maior parte das pessoas, e maciçamente presentes nas prateleiras de supermercados.

Ao analisarmos as condições de acesso das comunidades às políticas públicas para a agricultura familiar e de segurança alimentar e nutricional, percebemos que os embates que precisam ser enfrentados são de diferentes ordens.

Na região do Baixo Tocantins, que alcançou projeção internacional com a produção de açaí, há uma tendência na orientação técnica entre alguns profissionais de órgãos de pesquisa e de assistência é que outras árvores avaliadas como de menor potencial de geração de valor econômico deem lugar ao açaí. Entendemos que aí reside um grande risco tanto para manter a diversidade alimentar como ambiental. A FASE, em sua ação de orientação técnica, defende a manutenção da tradição da Amazônia que prevê a presença de diferentes espécies nas roças, roçados, quintais, sítios e demais arranjos territoriais. Essa tradição, dos sistemas agroflorestais deve ser preservada e já influencia outros biomas.

Esse contexto reforça que é preciso continuar o trabalho para que a sociedade brasileira conheça e entenda que a conservação ambiental está intimamente associada à alimentação humana e dos animais.

Nesse sentido, entre as perspectivas que devem nos mover está o fortalecimento da relação do movimento agroecológico com o movimento pela soberania, segurança alimentar e nutricional que, certamente, contribui para manter a floresta e as matas nativas em pé.

Em se tratando de conservação ambiental na Amazônia e nas áreas de transição para o Cerrado, isso passa por considerar a complexidade de ecossistemas e de povos que vivem nos

territórios. Logo, é preciso continuar os investimentos em relação à regularização fundiária e a defesa dos direitos coletivos.

Reconhecemos que a Mesa Permanente de Diálogo Catrapovos Brasil, instituída pela Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF), é uma das grandes conquistas nesses últimos tempos. A proposta de adaptar as exigências de acesso às políticas públicas para favorecer o acesso dos povos e comunidades tradicionais, por exemplo, para venderem sua produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um excelente exemplo.

A FASE vem participando das mesas de diálogos no Pará e no Mato Grosso. No âmbito nacional, a FASE representa a Catrapovos no Grupo Consultivo do PNAE. No momento em que o projeto Amazônia Agroecológica se aproxima de sua conclusão, a FASE se debruça sobre os conteúdos do Decreto nº11.802/2023, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Decreto nº 11.936/2024, que dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Representam importante potencial no campo das políticas públicas que tenham no centro os sujeitos de direitos.

Por fim, a mensagem que deixo para além do Seminário Nacional Amazônia Agroecológica é que é preciso que nos perguntemos sempre: quais sistemas alimentares nós queremos? Só assim vamos saber a quem também devemos defender.



*Casa de Farinha, Comunidade Terra Preta dos Viana, PAE Lago Grande (Santarém/PA).
Foto: acervo FASE*

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Modos de vida e políticas para a agricultura camponesa: olhares e reflexões

Raimundo Nonato Filho (MST/PA)

Sou assentado da Reforma Agrária, vivo dentro da região metropolitana de Belém, no assentamento Abril Vermelho, município de Santa Bárbara do Pará. Hoje, componho o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, que concentra o debate focado na organização da produção de alimentos. Atualmente, temos nos voltado com mais ênfase para a ideia de pensar os mercados, tanto o institucionalizado, como os mercados ditos alternativos, em uma lógica mais complexa: como é que a produção dos agricultores e das agricultoras chega até as mãos daqueles que têm fome.

O Pará tem se desafiado a fazer esse trabalho com muita atenção, pois somos um estado grande e complexo, também carregando desafios e dilemas permanentes. Aqui, o público da reforma agrária tem acesso apenas a opções de terras extremamente degradadas, dentro do que foi implementado como política agrária no Brasil: as áreas de pastagens e de monocultivos. Então, a nossa perspectiva sobre os desafios da pro-

dução e das questões ambientais dentro dos territórios de assentamento vem de uma outra dinâmica, da visão do público que é oriundo da luta pela terra e pela reforma agrária.

O segundo desafio é o baixo grau de implementação das políticas públicas projetadas pelo Estado brasileiro. Hoje o que rege os assentamentos é o Plano Nacional de Reforma Agrária. Todos os planos anteriores não deram certo e, por pressão das organizações políticas, o Estado vem fazendo reformulações, construindo novos planos nacionais da reforma agrária, mas ainda não chegou a implementá-los. Se olharmos hoje para os assentamentos de reforma agrária que são subordinados à Superintendência SR01, o déficit habitacional, que é um índice fundamental para pensar esse público, é de mais de 80%. Ou seja, o acesso à moradia, uma política pública primordial, não é implementada.

Também é muito baixa a implementação dos créditos iniciais, e ainda são créditos induzidos. Principalmente pelas formações técnicas, geralmente públicas ou privadas, os assentamentos são induzidos a também fazer a implementação do monocultivo, seja ele a continuidade do gado ou plantios excessivos de açaí. De maneira geral, o incentivo do crédito é para a integração à grande produção, tentando transformar as famílias, os agricultores e os camponeses em produção integrada, seja à produção da dendeicultura, da bovinocultura, seja também aos mercados dos açaís, que têm crescido grandiosamente na região do Baixo Tocantins e Nordeste Paraense, onde há uma densidade de água muito grande.

Temos trilhado bons caminhos, mas os desafios para os sem-terra são muitos. Onde eu moro, foram quatro anos de luta pela terra. Quatro anos acampados. O nosso assentamento foi criado em 2009. Nós estamos lá há 15 anos e ainda não foi implementado o crédito de ins-

talação, com fomentos para habitação e para o apoio inicial. O Plano Nacional de Reforma Agrária diz que isso deveria ter sido feito em três anos. Então é importante levar em consideração que aquilo que é reivindicado pelos agricultores é diferente do que o Estado tem tido capacidade de implementar.

A luta pela reforma agrária é, como se vê, uma luta intensa. Na Amazônia, ela não foi feita para dar certo, pois o plano de desenvolvimento voltado para a região, ainda nos dias de hoje, tem sido hegemonicamente o das grandes estruturas fundiárias e dos grandes projetos de desenvolvimento. A agroecologia está em disputa, e é uma teimosia dos camponeses. Se quisermos sobreviver, precisamos fazer parte dessa teimosia e transformar a agroecologia em ferramenta de luta, em proposição, a partir do nosso modo de vida, da nossa perspectiva; torná-la na nossa matriz tecnológica de desenvolvimento. A agroecologia precisa fazer parte das nossas pautas de forma mais incisiva, para que se transforme numa política pública fundamental dos trabalhadores.

Quando a gente diz que a agroecologia está em disputa é porque existe um outro público no campo, que também quer se apropriar dessa matriz limpa, mas que não tem os valores, os princípios defendidos pelo MST. Isto é importante ressaltar, pois há quem queira falar de agroecologia só como uma produção limpa de veneno, de insumos químicos, mas que não quer discutir a exploração do trabalho, a exploração do trabalho infantil e outras questões, inclusive a grande estrutura fundiária. Sim, queremos comer cacau orgânico, mas não com produção de trabalho escravo. Precisamos saber discernir, para que as políticas públicas voltadas à produção agroecológica não tenham esse viés.

E o terceiro desafio é o da nossa comercialização. O MST tem se empenhado no debate em torno da produção integrada, mas, na Amazônia, tem sido mais desafiador. Temos diversos modelos de industrialização mais focados no Sul e no Sudeste do País, onde o desenvolvimento industrial foi mais concentrado. Há muitas agroindústrias, até mesmo de médio porte, que funcionam de forma cooperada, grandes cooperativas do MST no Sul e Sudeste. Quando falamos do Nordeste e da Amazônia, as realidades são outras. Então temos dedicado mais tempo para essa construção. Como somos um movimento nacional que pensa uma integração, temos pessoas daqui em formação técnica, estudando administração de cooperativas no Rio Grande do Sul, por exemplo, em um esforço nacional.

Esse esforço traz consigo duas questões importantes, que colaboraram para um salto de qualidade no nosso território. A primeira é que a nossa base social tem como característica o amplo processo de cooperação. Não é um trabalho fácil: são sujeitos que não se conhecem, que serão integrados em uma fase de acampamento, e depois terão o desafio de produzir

juntos, ou produzir individualmente, mas em unidades produtivas. Também farão juntos os processos de agregação de valor, em pequenas, médias e grandes agroindústrias, para depois fazer a comercialização. Então essa tem sido uma iniciativa que o MST tem feito em uma escala interessante, criando espaços de formação.

A formação, agregada a essa intencionalidade, estimula a realização de feiras regionais e estaduais. Claro que a feira que é feita no bairro de São Brás, em Belém, tem o objetivo de vender o produto; o agricultor gosta disso. Mas a nossa intencionalidade é ir transformando esse objetivo aos poucos, como um instrumento pedagógico de cooperação, para que mais tarde consigamos juntos criar outros ambientes mais organizados para o processo de comercialização.

O MST também tem feito um esforço nacional com a experiência dos Armazéns do Campo. Ainda estamos em fase de experimentação, funcionando em uma escala limitada por enquanto, mas há uma projeção nacional de operarmos com mil Armazéns do Campo em todo o país, em cada município onde houver a possibilidade de construirmos um armazém. Claro que isso vai demandar uma quantidade de tempo e de pessoas que deem conta de realizar essa proposta. Se não estiver dentro de um planejamento, de uma organização, com um exército de pessoas que assumam isso como tarefa de vida, não acontece. Também é necessário muito treino, muita vontade e muito fazer. O fazer vai nos capacitando para dar conta da tarefa. Se não treinar, não entra em campo, não joga; se fizer as coisas sem treino, vai perder de 7 a 1 tranquilamente. Então a gente não quer perder de goleada para ninguém.

Temos bastante clareza dos desafios. Todas essas perspectivas fazem parte de um enfrentamento gigante. As grandes redes de mercado

estão aí, disputando marcas, e nós temos um problema grande, pois o estado do Pará tem uma dificuldade de legalização para a agricultura camponesa.

Eu uso o termo “agricultura camponesa”, porque “agricultura familiar” é um termo norte-americano transportado para cá, na intenção de nos submeter ao que a gente pode chamar de uma agricultura subordinada ao crédito. Esse foi o apelido dado para a agricultura familiar. Nós não podemos incorporar isso e simplesmente aceitar. A agricultura camponesa – ou as agriculturas camponesas, no plural, pois nós temos muito mais diversidade – tem que superar o limite do crédito e o limite da *plantation* determinada nos Estados Unidos, que reduziu o campesinato a menos de 2%. Se queremos ser grandes, temos que pensar campesinatos diversos, gigantes, em contraposição aos modelos das *plantations* que ainda existem, das *plantations* modernas que ainda estão por aí.

A política pública não vai cair dos céus se nós não conseguirmos pressionar para que o Estado seja o seu principal financiador. O principal

formulador das políticas públicas tem que ser os camponeses, a gente é que sabe o que quer. E o principal financiador ainda é o Estado, até porque quem financia o agronegócio também é o Estado. O agronegócio sem o Estado é uma falácia sem tamanho. Em qualquer lugar do planeta, o agronegócio não deu certo sem os vastos recursos bilionários do Estado. Quando fazemos a somatória e vemos que o Estado repassa 400 bilhões reais por ano para o agronegócio, isso é só a ponta do iceberg. 400 bilhões de reais é o orçamento público federal, aquele recurso direto, mas os municípios gastam, os estados gastam, além de contar com outras formas de financiamento. Então nós temos que disputar o orçamento público, transformando isso em investimento nos modelos de desenvolvimento das agriculturas camponesas.

No MST, temos pautado isso com muita força, temos feito a nossa parte, pressionando o governo Lula, afinal nós o elegemos para isso. Estamos na luta, somando na construção de cada fragmento de resistência no Pará e na Amazônia.



CECAPE - Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes
(Várzea Grande/MT). Foto: acervo FASE



Troca de sementes, comunidade Minhocal (Jangada/MT). Foto: acervo FASE.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Respeito às culturas alimentares: produção e comercialização na Amazônia

Fábio Pacheco (Articulação de Agroecologia da Amazônia – ANA Amazônia)

Aprimorar o diálogo entre o campo e a cidade, viabilizando que o alimento chegue às mesas de todos e fortalecendo cada agente do processo, é o objetivo das Rotas Agroecológicas de Comercialização, que conectam as comunidades produtoras e os mercados. O trabalho realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) vem desde a década de 2000, mas a percepção sobre a importância da comercialização e abastecimento é recente – e, apesar de ter demorado, se acelerou muito rapidamente na disputa pela construção de políticas públicas. Hoje, temos políticas públicas premiadas no mundo todo, que contaram com uma forte participação da sociedade civil. Não tem nenhuma cabeça iluminada que pensou isso sozinho, tem muita incidência política coletiva.

A Articulação de Agroecologia da Amazônia (ANA Amazônia) incentivou todos os estados a apresentarem propostas aos editais do Fundo Amazônia, como o Amazônia na Escola, que sejam permeadas pela experiência da Rota de Comercialização, justo por suas potencialidades. Atualmente, a disputa está acirrada, dado que, além dos produtores da agroecologia local, há empresas e organizações internacionais elaborando propostas, pois os valores podem chegar a até 48 milhões em alguns estados. A inclusão de propostas que prevejam a construção social de mercados, desde uma perspectiva de base, pode ser o diferencial dos projetos vinculados à ANA. A Rota não leva só os produtos, ela leva o conhecimento, leva o princípio da agroecologia e cria uma adesão com a cidade, porque as pessoas acabam conhecendo sua complexidade.

Para a ANA, em toda a história do uso da terra do Brasil, nunca se pensou a terra no contexto da Amazônia, com políticas elaboradas a partir de suas especificidades. Quando falamos de terra na Amazônia, precisamos superar ideias que são oriundas de um pensamento sobre uso da terra tradicional, como por exemplo trabalhar cadeias produtivas. Cadeia produtiva não nos cabe, ela não se encaixa na lógica de produção nem de comercialização na Amazônia, simplesmente porque nós temos diversidade – e diversidade não fecha com cadeia. Para os povos da Amazônia a lógica das

políticas públicas devem ser pensadas sob a óptica de territórios.

É fundamental entender a diversificação em vários níveis, não apenas nos produtos, mas também nas formas de produzir, nos atores e atrizes que participam do processo, em seus vários ambientes, e também para além da produção exclusiva de alimentos. Na Amazônia, há a produção de combustíveis alternativos, de materiais para higiene, fitoterápicos e tudo pode ser realizado dentro do sistema agroecológico.

Nós precisamos pensar a Amazônia para além da questão ambiental, no sentido de que temos economias amazônicas extremamente avançadas e complexas, que as políticas públicas atuais não dão conta de abarcar. Temos pouca participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), não só porque a gente não consegue participar da construção dessas políticas, mas também porque elas não conseguem observar como é que as relações acontecem nos territórios. O funcionamento da política institucional local também não é favorável para impulsionar os territórios amazônicos, pois o cenário político é constituído por relações estabelecidas de forma muito violenta, e que se perpetuam ao longo do tempo.

Diversidades agroecológicas

Há duas publicações da ANA que demonstram a riqueza de experiências e diversidades na Amazônia. A primeira trouxe dados das iniciativas envolvidas em uma [pesquisa do PNAE](#). A gente teve três organizações nesta pesquisa, que reuniu 8 estados, com 10 organizações, e três eram da Amazônia: uma de Morros, no Maranhão, outra de Cuiabá e a última em Mirassol D'Oeste, no Mato Grosso. Foram mais de 40 produtos, superando os valores que foram aportados do PNAE. Além dos 40 tipos diferentes de produtos, foram as chamadas com o maior número de produtos extrativistas, ou seja, mais produtos que vêm da floresta, vêm do conhecimento de como manejar a natureza, conhecimento que está se perdendo na agricultura camponesa, pois o capitalismo faz com que nos afastemos da nossa naturalidade.

Outra publicação da ANA, chamada Olhares Agroecológicos, fez uma análise econômica e ecológica de sete territórios ao todo, sendo três na Amazônia: Rondônia, Pará e Mato Grosso. Em relação aos resultados, no estudo da relação entre os produtos comercializados e o alto consumo, a Amazônia foi a região com o maior índice de desigualdade, com alguns locais que produzem 35 produtos, mas só comercializam 8, por imposição do mercado.

Os formuladores das políticas precisam perceber que não é a diversidade que deve se adequar ao “trejeito capitalista” que envolve as políticas públicas, e sim o contrário, pois não se trata somente da produção de alimento, mas também de reprodução de cultura, de vida, de modos de existência. Quando falamos que alimentação é um ato político, é porque, se não

pudermos nos alimentar de forma correta, não conseguiremos reproduzir os nossos modos de existência. As pessoas começam a produzir hortaliças que são obrigatórias, como alface, cenoura, beterraba, que não fazem parte da nossa cultura alimentar, nem de longe! Temos o costume de misturar fruta com comida, fazemos outras misturas, temos outras formas de construir o sabor que vai nos alimentar. E se caímos na lógica imposta para nós, isso destrói nossas culturas.

Ao menos no contexto amazônico, o PNAE funciona melhor que o PAA, justamente porque permite um diálogo local mais efetivo, com melhores negociações, mesmo em contextos políticos adversários. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) não conhece a Amazônia, ainda, e são muitas as dificuldades com as direções locais das Conabs da região.

Os dados levantados pela ANA ressaltam a capacidade de manutenção econômica das comunidades, buscando o reconhecimento de iniciativas que possam ser incorporadas ao mercado. A diversidade produtiva também contribui para gerar mudanças nas formas tradicionais de divisão sexual do trabalho, ampliando o espaço e participação das mulheres para além da esfera doméstica. Diversidade é algo que é um domínio feminino, as mulheres conseguem trabalhar melhor com a diversidade do que os homens, pela complexidade de seus cérebros. Por isso, a agroecologia deve ser feminista, e não é por acaso que as experiências mais exitosas têm grande participação de mulheres.

Principais demandas da agroecologia hoje

É urgente endereçar o aumento crescente da violência no campo, com relação às disputas territoriais vinculadas a processos no mínimo controversos do INCRA. Queremos também que a comunicação seja incorporada ao processo de Assessoria Técnica e de educação popular, como uma política pública inserida na agroecologia. Nós temos que ter a chance de comunicar para todos, dentro e fora, como são os nossos modos de vida, como eles se defendem, e como a produção agroecológica é importante para que esses modos de vida se mantenham.

Além disso, nós queremos políticas de acesso à terra e território com soberania popular,

com capilaridade e a partir do local. Queremos fomento, mas não com a lógica dos créditos hoje existentes. Além disso, não queremos uma bioeconomia baseada em cadeias produtivas e no acúmulo de capital para poucos. Precisamos superar essa visão que o mercado capitalista impõe à agroecologia, de certificação e de demandas que tornam os produtos caros e inacessíveis para as pessoas mais pobres. Não podemos fazer agroecologia para a classe média, queremos fazer agroecologia para os trabalhadores e trabalhadoras, para que eles possam alimentar seus filhos, para que tenham força para estudar melhor e ocuparem melhores espaços no futuro.





*Dona Emilia Manduca (in memoriam),
horta coletiva no assentamento Roseli Nunes
(Mirassol D'Oeste/ MT). Foto: acervo FASE.*

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Conhecer para respeitar: integração da gestão pública com as agricultoras locais

Elianne Arruda Pires

Nutricionista – Secretaria Municipal de Educação de Cáceres/MT

O acesso ao conhecimento e à informação foi e ainda é fundamental para o trabalho que desenvolvo dentro da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres, no Mato Grosso, como responsável pela aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da região. Quando cheguei à prefeitura, em 2018, eu não tinha conhecimento do que era o PNAE. Então, fui estudar. Hoje a gente tem 43 escolas, sendo 29 urbanas e 14 no campo, e atende a aproximadamente 9500 crianças.

O contato inicial com a legislação e toda a burocracia me assustou, e eu senti que precisava conhecer as escolas, as crianças, as merendeiras e as agricultoras in loco. Comecei a buscar e percebi que nas escolas não chegavam aquelas frutas, legumes e verduras. E ao mesmo tempo eu recebia visitas de agricultor oferecendo o produto. Eu não entendia o que estava acontecendo. Até que compreendi que, apesar de haver orçamento pre-

visto na pasta, o que faltava era o planejamento e a integração com os agricultores.

Então eu fui a campo entender o que eles plantam, a cultura deles, entender toda a história por trás. A partir daí, comecei a montar o processo da chamada pública – vendo os alimentos que eles tinham para nos ofertar. Muitas vezes eu percebia a dificuldade para plantar, porque para chegar às crianças nas escolas não é simplesmente ‘compra, põe num caminhão e leva’. É todo um manejo da terra. Às vezes tem uma chuva forte, ou falta água e não tem um posto que possa abastecer aquela plantação. São inúmeras as dificuldades que o agricultor lá na ponta tem para fazer chegar o alimento à

nossa mesa. Foi muito diálogo, muito trabalho de campo, e eu fui me apaixonando, gostando realmente desse contato.

Em 2019, conheci a FASE e os projetos vinculados às mulheres da Associação Regional das Produtoras Extrativista do Pantanal – ARPEP. Atualmente, são aproximadamente 30 mulheres articuladas em três grupos (Margaridas, Assentamento São José e Corixinha na divisa com a Bolívia). Essas agricultoras produzem biscoitos e pães do babaçu e do cumbaru. Por meio do Centro de Tecnologia Alternativa, elas são habilitadas a emitir nota fiscal. Desse modo, a prefeitura pode fazer a aquisição e a distribuição nas escolas.

Cultura do Campo

Para que os produtos chegassem às escolas, precisei colocar a mão na massa, literalmente. Elas faziam originalmente o pão inteiro, mas a gente queria menor, para que fosse mais prático entregar na mão das crianças. Então íamos para o campo, conversávamos, pesávamos as massas. Mas sempre respeitando a cultura do campo, pois por trás disso tem uma cultura alimentar, tem história.

Também pude articular a relação entre as agricultoras e as merendeiras, promovendo encontros e diálogos para aumentar a compreensão mútua e o conhecimento dos processos produtivos de ambas as partes. Até hoje, ainda recebo questionamentos em relação ao valor disponibilizado para a produção local nas chamadas públicas do PNAE. As pessoas se assustam, perguntam por que vamos usar esse valor para frutas, verduras e legumes, perguntam pelo arroz e feijão. Mas o reconhecimento e o respeito pelas culturas alimentares locais também passam por difundir o conhecimento nas diversas

secretarias. Então, agora, um dos desafios que temos é o de buscar aprimorar o conhecimento e a contratação de nutricionistas, para disseminar os valores da alimentação local.

Quando eu cheguei na alimentação escolar, as pessoas diziam que não compravam os biscoitos pois eram caros. Vai lá no campo, catar o cumbaru do chão, carregar os latões, quebrar o fruto da castanha um por um, manualmente, para poder torrar, fazer a farinha, depois fazer os biscoitos. A mesma coisa o babaçu: descascar, depois ralar de forma artesanal, um por um, para produzir a farinha e enriquecer os pães. É um trabalho lindo o que essas mulheres fazem em Cáceres. Nossas crianças são privilegiadas por receberem esse alimento!

O apoio técnico da FASE foi e ainda é fundamental, tanto para nossa equipe e para a gestão do PNAE, quanto para que as agricultoras possam elaborar melhor seus projetos para as chamadas públicas. É um trabalho inconstante, mas o importante é não desistir.



Mandala, sede da Associação Regional dos Produtores/as Agroecológicos/ARPA (Mirassol D'Oeste/MT). Foto: acervo FASE

FUNDOS COMUNITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Agendas de financiamento climático e de efetivação do direito à terra: dos aprendizados da Rio-92 às oportunidades da COP30

Aurélio Vianna Jr. (coordenador programa Brasil da Tenure Facility)

Os olhos do mundo estão voltados para o território amazônico por algo que considero um produtivo encontro de agendas. A Amazônia se destaca como tema central de duas importantes Conferências da ONU: a 16ª Conferência das Partes (COP 16) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada em Cali, na Colômbia em novembro de 2024; e a 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção sobre Mudanças Climáticas, a ser realizada em Belém, em novembro de 2025. Essa combinação das agendas de biodiversidade e do enfrentamento às mudanças climáticas cria um cenário bastante interessante para a região pensar a efetivação do direito à terra e

a democratização do financiamento climático, debates que a FASE pauta ao realizar o Seminário Nacional Amazônia Agroecológica.

A combinação das duas COPs oferece uma oportunidade ímpar de se alcançar um maior financiamento para as agendas de conservação e de direitos territoriais da região nos próximos anos. Há elementos para acreditarmos.

O atual momento conjuntural e a dinâmica internacional nos remetem há 30 anos, quando na Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como Cúpula da Terra, foram assinadas as Convenções das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e sobre Mudança do Clima. Esses compromissos geraram iniciativas posteriores e abriram espaço para a construção de uma agenda de proteção e conservação da floresta. Naquele tempo, isso não estava dado e essa foi uma construção que teve uma participação imensa do Brasil e da Amazônia.

Algo inédito que foi proposto para o mundo foi a ideia de associar a proteção da biodiversidade a direitos territoriais e ao reconhecimento de povos e comunidades tradicionais, como os indígenas. Embora hoje nos pareça algo natural, de que esses são os sujeitos políticos da conservação, a proposta colocada foi uma grande inovação, pois as unidades de conservação, até então, eram pensadas sem a presença das pessoas.

Outro fato importante a ser lembrado é que em 1988, junto com a Constituição, houve o assassinato de Chico Mendes. E o que Chico pontuava era que a Reforma Agrária na Amazônia se

fazia com a criação de Reservas Extrativistas (RESEXs). Com isso, ele estava querendo dizer que as áreas coletivas, as áreas de floresta eram importantes para incentivar políticas de reconhecimento aos povos da floresta. Isso foi super inovador no mundo inteiro. O Brasil já colocava e pautava isso como parte da política ambiental. As unidades de conservação eram vistas como um território sem gente. Chico Mendes lutou muito para mostrar que a conservação da Amazônia não poderia mais ocorrer sem o reconhecimento da presença das populações tradicionais. As grandes políticas e as grandes iniciativas foram desenvolvidas com tensões e com as lutas dos movimentos sociais.

Houve ainda, como um dos resultados da Rio-92, a apresentação do primeiro grande programa de cooperação internacional, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que ajudou a transpor os diálogos que se centravam, até então, apenas na proteção à biodiversidade para uma discussão maior sobre o financiamento das ações de garantia dos direitos territoriais.

Essa é uma virada importante, já que as agendas do financiamento do meio ambiente e dos direitos territoriais sempre enfrentaram um constrangimento orçamentário no Brasil. Mesmo quando havia vontade política, as limitações orçamentárias estavam presentes trazendo camadas adicionais de dificuldades. A partir daquele momento, o Brasil demonstra que os recursos da cooperação internacional são essenciais para servir à regularização fundiária e ao combate ao desmatamento.

Com isso, não é possível hoje falarmos de 114 milhões de hectares de terras indígenas homologadas na Amazônia, sem atribuímos aos recursos do Programa Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), que fez parte do PPG7. Mesmo pensado em um programa mais amplo com o foco na conservação e no desenvolvimento sustentável, o PPTAL incluiu processos de regularização fundiária e de reconhecimento territorial como parte fundamental de sua execução.

Também não é possível falarmos nos milhões de hectares de RESEX e de Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEX), sem tocar nos componentes do PPG7 de apoio à regularização fundiária e de criação das RESEXs. Da mesma forma, não é possível falarmos em iniciativas como os fundos comunitários e territoriais, como o Fundo Dema, o Fundo Indígena Podáali, o Fundo Indígena do Rio Negro (FIRN), entre outros, sem pensar em toda a experiência que houve nos Projeto Demonstrativo do tipo A (PDA) e no Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI), que eram da transferência direta de recursos da cooperação para as organizações sociais.

É importante notar, que há um histórico de constrangimento orçamentário para esta agenda; ora pior, ora melhor, e às vezes por má vontade política. Porém, mesmo quando há vontade política, o constrangimento também acontece. A experiência demonstra que o recurso da cooperação internacional e de outras fontes sobre o carimbo da conservação com vistas à proteção da biodiversidade, não só serviu como foi fundamental à regularização fundiária e ao reconhecimento territorial.

Com o fim do PPG7, um novo ciclo se inicia em função de maior consciência sobre a crise climática e a criação de instrumentos financeiros no âmbito da convenção de clima, que pensa como relevante a questão do uso da terra em

relação às emissões. Essa virada ocorre quando, ao mesmo tempo, acontece a Conferência do Clima de Bali, em 2007. Não por acaso, em 2008, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, houve a criação do Fundo Amazônia. Ou seja, os conhecimentos produzidos no PPG7, no âmbito das políticas públicas ambientais também serviram de referência para a criação deste Fundo.

O Fundo Amazônia é a primeira experiência de elaboração de mecanismo financeiro por um governo do Sul Global para receber recursos do financiamento climático. O Fundo pretendeu, a partir desses recursos, possibilitar a implementação de uma política pública de combate ao desmatamento. Embora o PPG7 tenha sido mais amplo no apoio a diferentes agendas, o Fundo Amazônia trouxe para a mesa internacional a centralidade sobre a regularização fundiária.

É importante assinalar que a nova compreensão trazida pelo Fundo Amazônia foi construída a partir da intervenção dos movimentos sociais, que conseguiram demonstrar que a regularização fundiária e a preservação ambiental estão intimamente ligadas.

Essa breve linha do tempo nos mostra que o Brasil está diante de uma oportunidade única. A realização das duas COPs e o crescente foco internacional sobre a Amazônia colocam o país em uma posição central em relação à agenda de preservação da região e a viabilização de financiamentos. A Amazônia é uma das chaves da entrada do Brasil para o mundo. O mundo olha para o Brasil também a partir de uma lente amazônica. Isso é algo a ser valorizado. Não significa que a Amazônia seja melhor do que outras regiões, mas quer dizer que se a Amazônia não for parte da Agenda do Brasil, da sociedade brasileira, do governo brasileiro, será de outros. O novo governo Lula, após quatro anos de um governo anterior, que dificultou o

avanço das agendas sociais, está diante de um momento político estratégico.

O Brasil se apresenta para o mundo como o país em que os movimentos sociais têm um avanço maior na constituição de seus próprios mecanismos financeiros, com fundos comunitários territoriais nos principais movimentos, os quais estão se propondo a receber recursos da agenda climática. É importante assinalar, ainda, que em virtude da política de cotas, o Brasil é o país que tem o maior número de profissionais indígenas, quilombolas, extrativistas que

passaram pela universidade. Isso significa dizer que há um número maior de jovens indígenas, quilombolas, extrativistas com capacidade técnica não tradicional, fazendo a ponte do conhecimento tradicional com o conhecimento acadêmico e que estão ocupando os espaços nos fundos comunitário e territoriais e nos movimentos sociais, ou seja, com ampla capacidade de implementação de ações.

Não há dúvidas que a Amazônia é um ponto chave no combate às mudanças climáticas e deve ser financiada como tal.





Projeto Criar para Empoderar, realizado na região da BR 163. Foto: ACMJ/Acervo Fundo Dema

FUNDOS COMUNITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Desenvolvimento para que e para quem: como nasceu o Fundo Dema

Felício Pontes (Procurador Regional da República)

Há 20 anos, eu estava neste mesmo prédio do Ministério Público Federal; onde trabalhava. Recebi uma ligação de um Delegado de Polícia Federal: “Nós acabamos de fazer uma apreensão no Rio Iriri (Bacia do Xingu) de milhares de metros cúbicos de mogno. A recomendação de vocês (MPF) é para que se coloque fogo na madeira apreendida. Estou te ligando para perguntar se é para fazer isso mesmo”. E eu disse: “não, não faça isso”. Ele me perguntou: “mas o que é que eu faço com isso então?” Respondi: “continue trazendo a madeira a Altamira. Até chegar lá, teremos a solução.”

Nessa mesma noite, todos os jornais estampavam reportagens sobre quilômetros de toras de mogno em forma de jangada, descendo o Rio Iriri em direção a Altamira.

O problema se tornava mais grave porque o mogno não podia ser vendido. E, presumia-se que, quando se faz um leilão de produto apreendido, a aquisição é realizada pelo madeireiro que a tinha extraído da terra indígena.

Depois de várias reuniões com o Ministério do Meio Ambiente (Marina Silva e Tasso Azevedo) chegamos a uma solução: leiloaríamos o mogno apreendido fora do Brasil. Nós teríamos a chance de fazer recursos sem beneficiar o infrator. Assim, a metade do problema estava resolvido. Mas, para onde iria o valor arrecadado em leilão? Minha preocupação era que o valor voltasse para beneficiar a Amazônia e seus povos. Qualquer fundo nacional não asseguraria esse objetivo.

Então, começamos a fazer reunião com várias organizações não-governamentais e movimen-

tos populares. Muitos nos diziam que tínhamos que conversar com a FASE.

Eu fui então bater à porta do Matheus Otterloo, coordenador do Programa Regional Pará da FASE, na época, que me recebeu, como sempre, com um grande sorriso. Assim que expliquei o problema, o sorriso se esvaiu. Ele ficou visivelmente tenso. Andava pela pequena sala de um lado para outro, nervoso. Dizia: “isso não tem jeito, é muito dinheiro. Como é que a gente vai gerenciar? Quem vai escolher esses projetos?”. Eu respondi: “se vocês da FASE não sabem onde esse dinheiro deve ser aplicado aqui na Amazônia, ninguém mais vai saber.”

Ele me pediu um tempo para pensar. Depois, marcou uma reunião para dizer: “isso é uma loucura o que eu vou fazer, mas eu digo sim”. E graças a esse “sim” do Matheus Otterloo, nasceu o Fundo Dema, que completa 20 anos.

Modelo predatório X Modelo socioambiental

Hoje, eu sou Procurador Regional da República em Brasília. Isso significa que atuo, em grau de recurso, nos processos da região amazônica e do cerrado. São conflitos socioambientais que chegam ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Hoje, estamos trabalhando com cerca de 900 recursos, entre apelações e agravos de instrumentos, que são das nossas comunidades, ou contra as nossas comunidades. Se eu pudesse resumir esses recursos judiciais, diria que há um choque entre dois modelos diferentes de desenvolvimento: o *modelo predatório* e o *modelo socioambiental*.

O *modelo predatório* se implantou na Amazônia com cinco atividades básicas: madeira, pecuária extensiva, mineração, monocultura e infraestrutura. E criou consequências desastrosas.

Fora o ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil não havia realizado nenhum verdadeiro plano de desenvolvimento da Amazônia. Isso apenas se deu durante a ditadura civil-militar. Em termos simples, o plano era a exploração de madeira, em primeiro lugar. O que sobrasse da floresta seria derrubado para a plantação de capim (pecuária extensiva).

Paralelamente a essas atividades, o plano era explorar todos os minerais possíveis para exportação. Os rios foram vistos apenas como fonte de energia elétrica, esquecendo-se seu uso múltiplo. E mais recentemente, trocou-se a floresta mais biodiversa do Planeta pela monocultura de *commodities*.

Para financiar esse plano houve três grandes fontes públicas: Banco do Brasil, Banco da Ama-

zônia e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Não faltou dinheiro. Porém o resultado não se coadunou com a Amazônia. A região tinha uma taxa de desmatamento de 0,5% na década de 1970. Essa taxa alcançou 20% na segunda década deste século. Ou seja, em cerca de 40 anos desmatou-se quase 1/4 da Amazônia brasileira.

Outra consequência da implantação desse modelo foi um forte êxodo rural. Em 1960, 35% da população da Amazônia era urbana. Hoje, após a massificação desses projetos, quase 80% dos amazônidas estão nas cidades.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é inferior ao da média nacional – que já é vergonhoso. Portanto, a injeção de dinheiro público promoveu mais concentração de renda, desmatamento e violência. A conclusão é que esse plano não obteve sucesso, sobretudo do ponto de vista socioambiental.

O *modelo socioambiental*, por seu turno, parte de um princípio básico: articulação entre a biodiversidade e a sociodiversidade. Dito de outro modo, ele concilia desenvolvimento econômico com preservação ambiental. É concebido e voltado para os povos da floresta que possuem centenas de anos em conhecimento na forma de lidar com os recursos florestais sem o impacto suicida.

Suas principais atividades podem ser sintetizadas no termo *agroecologia*. São produtos cada vez mais fortes no mercado, como açaí, castanha-do-pará, cacau, óleos de andiroba e copaíba... Isso sem falar no que ainda não foi estu-

dado. O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) estima que, de 10 espécies existentes no Planeta, uma esteja na Amazônia. O potencial farmacológico da flora amazônica só foi estudado em 5%. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) estima que 788 espécies de sementes da região possuem interesse econômico, mas apenas metade delas foi estudada.

É um modelo redistribuidor de renda porque predomina a forma coletiva de uso da terra, como reservas extrativistas, terras indígenas, territórios quilombolas e projetos de desenvolvimento sustentável. Seu cultivo é realizado por indígenas, quilombolas, camponeses(as), agricultores(as) familiares e povos e comunidades tradicionais. Essa forma de agricultura é a responsável por cerca de 70% do alimento dos brasileiros.

No Tribunal Regional Federal em Brasília, eu tenho que fazer a defesa, não só escrita, mas subir à tribuna para defender os direitos de povos e comunidades tradicionais em cada um desses processos. Não raras vezes, sou questionado: “você são contra o desenvolvimento?” É nessa hora que o sucesso dos projetos apoiados pelo Fundo Dema servem para mostrar que nós não queremos engessar o desenvolvimento, o que nós temos é uma outra concepção de desenvolvimento.

Por isso, a importância de cada um dos projetos apoiados pelo Fundo Dema é enorme. Podem parecer pequenos, mas são exemplos concretos de que é possível aliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental. Aliás, é a única saída para a crise climática.



Projeto Produção de aves de corte em sistema floresta, dos alunos da Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio, região da Transamazônica/Xingu. Foto: CRF Senador José Porfírio/Acervo Fundo Dema

FUNDOS COMUNITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Fundo Dema e a Chamada Pública Amazônia Agroecológica: avanços e desafios de fundos comunitários na Amazônia

Graça Costa

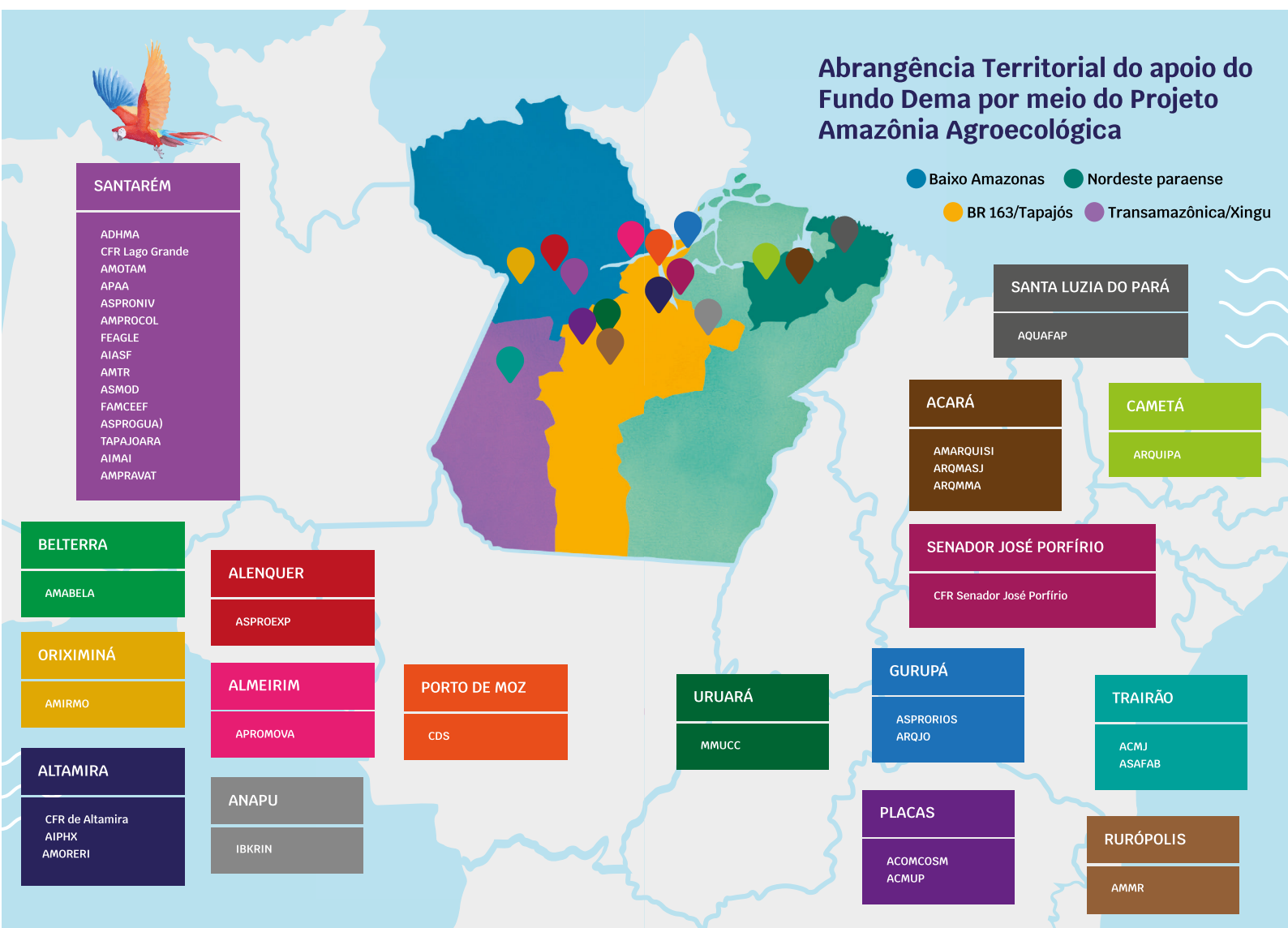
Educadora popular da FASE e presidente do Comitê Gestor do Fundo Dema

No âmbito do projeto Amazônia Agroecológica, o Fundo Dema, em conjunto com a FASE e o apoio do Fundo Amazônia, visa a promoção da justiça climática e da soberania alimentar na Amazônia, através de fomentos a projetos comunitários na região. As propostas financiadas pelo fundo alcançam indígenas, quilombolas, agroextrativistas e agricultores familiares, apoiando o fortalecimento organizacional, os projetos comunitários produtivos, a comunicação, o planejamento e a gestão territorial nessas regiões.

Criado em 2004, o Fundo Dema é resultado de uma longa caminhada de luta das organizações populares da região do Xingu, que denunciavam as ações criminosas que ocorriam nos territórios, em especial, nas terras indígenas, de onde eram tiradas toras de madeira nobre da região. As ações dos movimentos sociais se contrapunham também aos encaminhamentos aplicados pelas instituições governamentais que muitas vezes aprendiam as madeiras roubadas e colocavam para serem objeto de leilões públicos cujo resultado era a compra pelos próprios criminosos, legalizando, portanto, a ação criminosa. No curso das mobilizações e denúncias por mais um crime, surgiu a proposta de criar um fundo, o Fundo Dema, resultado da parceria entre governo federal e a sociedade

civil. Foram utilizados recursos provenientes da venda de toras apreendidas de mogno ilegalmente extraído, majoritariamente na região de Altamira e São Félix do Xingu (PA).

O Fundo Dema completou 20 anos em 2023 e ao longo desse tempo vem se consolidando, fruto de uma governança tríplice, com gestão participativa e o modelo de governança exercido por seu Comitê Gestor, de um fundo fiduciário (o Banco da Amazônia) e a FASE (personalidade jurídica que operacionaliza os financiamentos). Com uma abrangência de 500 mil km², atualmente, são, em média, mais de um milhão e meio de reais disponibilizados anualmente, e um alcance territorial que vai desde a região do Baixo Amazonas, passando pela BR-163, até a Transamazônica e o nordeste paraense.





realização de editais mais específicos, o Fundo Dema alcança outras regiões como a Região Metropolitana de Belém e os estados do Mato Grosso e do Maranhão. O Fundo Dema se faz presente em reservas extrativistas, terras indígenas, reservas de desenvolvimento sustentável e territórios quilombolas, contando com a intensa articulação das organizações do estado do Pará que formam a Malungu, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Ao longo desses 20 anos, o Fundo tem construído sua identidade de natureza comunitária e territorial, tornando-se um instrumento que promove e facilita o acesso das organizações comunitárias que estão nos territórios, a recursos que possam materializar sonhos, metas e expectativas. Assim, uma especificidade em relação aos projetos quilombolas nas regiões do nordeste do Pará é o acompanhamento sistemático feito pelo Fundo Mizizi Dudu, específico para estas comunidades. Neste quesito, é importante ressaltar que o mesmo está em avançado processo de autonomia em relação ao Fundo Dema, para se tornar o próprio gestor de suas propostas e recursos. Ao longo dos anos, no Fundo Dema, as mulheres também protagonizaram a conquista de um espaço muito importante, como gestoras dos projetos, impulsionadoras da auto-organização das mulheres nos territórios e articuladoras das comu-

nidades. Desde 2014, há um fundo específico de apoio às mulheres, o Fundo Luzia Dorothy do Espírito Santo, voltado ao fortalecimento de projetos coletivos de mulheres das regiões de atuação do Fundo Dema.

Uma primeira ação de diálogo entre a FASE e o Fundo Amazônia resultou no apoio a um conjunto de chamadas públicas do Fundo Dema a partir de 2011. Esta é, portanto, a segunda iniciativa, agora mais articulada e unificada, com um componente específico para a presença da atuação da FASE no Pará e no Mato Grosso. No atual projeto, o componente da chamada pública do Amazônia Agroecológica do Fundo Dema atendeu a 38 projetos, chegando a aprovar 42, entretanto, houve a desistência de organizações comunitárias, muitas por conta do contexto da pandemia e outras também por enfrentarem questões em relação à segurança das suas lideranças. Houve casos em que o projeto já estava aprovado, com o recurso liberado para aquela determinada organização, mas suas lideranças, boa parte mulheres indígenas à frente das associações, estavam diretamente ameaçadas por forças contrárias, que existem na Amazônia e com as quais precisam se relacionar diariamente.

Representatividade territorial, diversidade fortalecidos por um processo de formação

O Fundo Dema beneficiou projetos em diversas regiões do Pará, demonstrando a amplitude territorial desta chamada pública. São bastante diversas as localidades e os focos: há uma grande demanda de projetos na região de Santarém, Belterra, Altamira, no Xingu, Altamira, Uruará, Placas, como, por exemplo, oficinas de beneficiamento de polpa de fruta conduzidas por organizações de mulheres. Há projetos em Rurópolis, na região da BR-63, em Trairão, em Anapu; um projeto de casas de farinha em Gurupá, fornos agroecológicos, projetos oriundos de comunidades quilombolas. Esta distribuição da chamada pública demonstra a democratização do acesso, juntamente com a proposta de acompanhamento pelo Comitê Gestor do Fundo Dema, que realiza ações de formação tanto anteriores à execução do projeto como o monitoramento dos mesmos em toda essa extensão territorial. Na metodologia utilizada pelo Fundo, são também realizados intercâmbios entre os projetos de cada edital e um seminário final que tem o significado de produzir conhecimentos e aprendizados.

Os resultados desta Chamada Pública também demonstram como as mulheres têm se organizado para apresentar propostas. Há um número muito significativo delas, que mesmo não estando à frente das organizações nos territórios, estão na coordenação dos projetos, e essa participação vem aumentando significativamente.

As juventudes também têm se aproximado cada vez mais das atividades e hoje estão especialmente presentes nas Casas Familiares Rurais. O fundo vem dando especial atenção e apoio aos projetos das casas, discutindo inclusive, dentro de seu comitê gestor, a relevância das mesmas para que o fundo possa contar com técnicos e técnicas em agroecologia a partir do conhecimento, da tradição e ancestralidade das suas famílias. Em relação a isso, há algumas discussões e planos internos para essas juventudes. As experiências das casas familiares são uma grande oportunidade, pois o objetivo é que esses jovens formados nas casas sejam inseridos nos processos, assessorando, a partir dos valores das suas próprias famílias agricultoras, os projetos do Fundo Dema.

Preservação da floresta como dimensão política e prática

O alcance do financiamento vai muito além do número de pessoas e comunidades diretamente impactadas. Dentro do número mínimo de cinco unidades familiares, previsto em qualquer edital do Fundo Dema, há projetos que alcançam 50, 70 ou até mesmo 100 famílias, pois sua natureza amplia a escala de impacto, chegando até escolas e outros espaços comunitários regionais.

Há muitos projetos vinculados à recuperação de áreas degradadas, tema que tem se mul-

tiplicado nos últimos editais do Fundo Dema. Também, dentro dos quintais produtivos agroecológicos, há um número muito significativo de árvores plantadas em áreas já definitivas, tanto de espécies frutíferas, quanto de espécies nativas da Amazônia, como o mogno, que estava em processo de extinção na região e teve seu plantio incentivado pelo Fundo Dema, através de uma grande campanha permanente fortalecida por essa chamada pública, “Fundo Dema planta vida na Amazônia”, trazendo um debate

sobre o significado destas espécies florestais para esta área. Há também acordos comunitários de pesca dentro dos projetos oriundos das organizações sociais e um número significativo de nascentes que vêm sendo recuperadas através dos projetos.

É importante ressaltar também, os esforços realizados pelos movimentos e pelo Fundo Dema para manter a Amazônia como ela é, valorizando os modos de vida dos seus povos e os seus sistemas produtivos, resgatando iniciativas importantes da produção de comida de verdade, em processos comunitários coletivos.

Neste sentido, para além dos resultados quantitativos apresentados, o impacto qualitativo dos investimentos é profundamente relevante. Os números apresentados são significativos, mas escondem muitos outros elementos qualitativos, em termos dos modos de vida, do resgate e fortalecimento dos valores dessas comunidades. Durante as ações de monitoramento, muitas organizações apoiadas nesta chamada pública fazem menção ao quanto esses projetos reanimaram a comunidade. Portanto, os resultados vão além do numérico, eles vêm através do fortalecimento das organizações comunitárias.

A pandemia de Covid-19 desarticulou muitas destas organizações, pelo adoecimento de seus membros e pela própria defesa do terri-

tório. Muitos dos territórios, especialmente os quilombolas, lacram suas entradas, como uma forma de salvaguardar a população daquele quilombo. Muitas comunidades apoiadas pela chamada pública testemunharam o adoecimento e a morte de lideranças, e as pessoas se sentiram desestimuladas, tendo havido um longo tempo de espera para que a comunidade se recuperasse. A existência do projeto, no sentido de uma ação concreta para que a organização desenvolvesse, fez com que a comunidade voltasse a se reunir e retomasse suas assembleias, por exemplo.

Outro fator relevante a ser observado é que o Fundo Dema insiste sempre, através do seu Comitê Gestor, que os projetos devam ser elaborados pelas próprias comunidades. Ainda que o apoio técnico possa vir de pessoas ou instituições externas, ou de um órgão público próximo à comunidade, é necessário que o protagonismo seja da própria associação, pois é ela que vai receber a demanda da comunidade e saber como desenvolver o projeto. Esta diretriz vem sendo refinada ao longo dos anos, pois já houve situações em que, visitando uma comunidade e conversando com seus membros, os gestores do Fundo notaram que muitos não sabiam do que se tratava naquele projeto. Por isso, hoje há um cuidado extra com o processo de capacitação das comunidades, para que sejam elas mesmas as protagonistas de seus projetos.

Reforço para a Agroecologia

Além de apoiar financeiramente os projetos, o Fundo Dema desenvolve uma metodologia, onde os temas abordados nos editais e nas chamadas públicas são fruto de um debate feito não só pelo Comitê Gestor, mas também pelas organizações, nos territórios. Nesse sentido, nesse novo chamamento ao debate sobre

agroecologia, a FASE tem sido um local privilegiado para receber e socializar a produção de conhecimento no tema abraçado pelo Fundo Dema como gerador dos projetos dos editais e chamadas públicas recentes.

É bastante interessante ver a questão do padrão alimentar como um compromisso, uma

bandeira de luta, mas também como uma perspectiva sobre os territórios, pois cada vez mais as pessoas beneficiadas comentam que este já era o modo como trabalhavam, pensando em um modelo que vai além da produção e traz outros elementos agregados -, mas não sabiam que se tratava de agroecologia. Portanto, valorizar essa experiência, no contexto da Chamada Pública, dentro dos projetos comunitários, tem um impacto na segurança alimentar dessas comunidades, pois elas se apropriaram do debate e o tornaram para além dos hábitos, uma questão de política pública. E hoje rela-

tam que já conseguem comercializar parte da sua produção dentro do contexto das políticas públicas de distribuição. Por isso, a garantia da manutenção da produção no contexto da socio biodiversidade é bastante comentada pelos participantes beneficiados.

O Fundo Dema, deseja portanto, em suas ações, de natureza de um fundo, fortalecer o projeto de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável, para recuperação da floresta e afirmação dos modos de vida de seus povos.

Comitê Gestor e governança

O sistema de governança do fundo é exercido por um Comitê Gestor constituído por organizações, que estão representadas pelos fundos de Mulheres Luzia Dorothy do Espírito Santo e o Fundo Quilombola Mizizi Dudu. Os mecanismos de gestão do Fundo Dema têm sido bastante importantes nos processos de tomada de decisão, com o Comitê Gestor funcionando como o principal suporte à governança em geral. Durante esta chamada pública, em função de dificuldades em relação às exigências documentais, pelo cuidado com a prestação de contas, o Comitê teve um engajamento total no acompanhamento dos projetos, e isso contribuiu muito para o seu fortalecimento. Então, o Comitê hoje fala por si, em um lugar de governança e empoderamento, indicando caminhos de continuidade e de articulações, tendo hoje adotado o monitoramento como uma prática: não há nenhuma ação de visita técnica de monitoramento aos projetos sem a participação do Comitê Gestor.

Foi fundamental a constituição de uma rede de articulação, e, portanto, esse período também permitiu que nós pudéssemos fazer uma

intervenção mais articulada, no contexto não apenas da chamada pública, mas também por estarmos em territórios onde a FASE tem ações de intervenção política educativa já bastante consolidadas.

Nesse sentido, o esforço da FASE junto ao Fundo Dema colabora para a constituição de outras redes, como a Articulação Paraense de Agroecologia (APA) e a mais recente articulação da Rede de Fundos Comunitários da Amazônia. Essa articulação acontece a partir do planejamento estratégico e das discussões que acontecem no interior do Comitê Gestor do Fundo Dema. O Comitê considerou que, depois de anos vivenciando a experiência de um fundo comunitário, era hora de dar um salto. Existem outras experiências parecidas com a do Fundo Dema na região Amazônica e ficou nítido que, ao se articular enquanto uma rede, as organizações podem constituir uma força maior. Isto é relevante dentro da perspectiva de incidência em políticas públicas, para melhorar a qualidade das iniciativas que estão colocadas no campo da agroecologia, como uma proposta que vem realmente qualificar não apenas o pro-

cesso de produção, mas todo o fortalecimento da sociobiodiversidade, além do necessário debate e posicionamento dessas experiências de fundos para democratizar o acesso a financiamento das demandas dos povos da floresta.

Então, o Fundo Dema abraçou essa perspectiva e iniciou, no Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) de 2022, uma primeira reunião, trazendo

do outras experiências de fundos, como o Fundo Podáali, do movimento indígena da Amazônia, e o Fundo Babaçu, ligado ao Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MI-QCB), que formaram e ainda formam parte dos diálogos sobre o tema. A rede está em processo de construção e consolidação e dela fazem parte nove fundos desta mesma natureza.

Especificidades territoriais e desafios educativos e institucionais

Ao longo da Chamada Pública, o Fundo Dema se encontra em um momento significativo, pois, há uma maior compreensão dos processos por parte das próprias organizações comunitárias. O número de comunidades apoiadas, de famílias, de organizações que foram efetivamente contempladas pelos diversos editais e pelas chamadas públicas, vem aumentando significativamente. Para chegar a este resultado, o Fundo Dema conta com dois suportes determinantes para a sua ação: o fato de estar sediado na FASE e poder contar com reconhecimento de uma organização com tamanha representatividade no Brasil, com uma quantidade expressiva de processos construídos de forma democrática na sociedade civil brasileira, é um elemento fundamental, e também o Comitê Gestor como espaço de governança do fundo, pois sem ele seria impossível que a FASE, pudesse alcançar os resultados obtidos. Além

disso, ter um suporte pedagógico e de comunicação, também é importante, pois estes são elementos da proposta política do Fundo Dema, que conta com uma metodologia, com um sistema de informação, um plano de trabalho desenvolvido através de um sistema de indicadores, um conjunto de materiais de comunicação como boletins, vídeos, podcasts, cadernos, calendários, que contribuem com o diálogo com as comunidades.

O Fundo Dema conta ainda com um Guia e um conjunto de vídeos-aula, que fornecem orientações, oferecendo um passo a passo para as comunidades, desde como elaborar seus projetos até o monitoramento, a gestão e a avaliação. Há um caderno oferecido às organizações durante a execução dos projetos, para registrar o cotidiano, o dia a dia, as ações, as atividades, as dificuldades. O objetivo é que em algum momento a comunidade se reúna e possa ter ali



elementos sistematizados para guiar os próximos passos ou, como se diz na educação popular, fazer a correção de rumo.

A informalidade é ainda muito forte na Amazônia. Há dificuldades reais como, por exemplo, o motorista do barco que não tem nenhuma nota fiscal para apresentar. É difícil fazer a cotação em um contexto em que, a depender da sua abordagem e da insistência, o fornecedor não conseguirá responder. Esse é um debate que está dentro do Fundo Dema, e são dificuldades que precisam ser reconhecidas pelos seus apoiadores.

Através da Rede de Fundos, hoje o Fundo Dema se encontra em uma escala mais ampla, em uma perspectiva mais amazônica, e inclusive articulada em uma agenda internacional, fazendo incidência no debate sobre a filantropia e a cooperação. A partir do planejamento estratégico, orienta-se para a valorização do espaço de redes, pautando também o debate sobre o atual papel da cooperação, questionando quem são seus apoiadores, qual é a natureza dos seus recursos, mas também provocando discussões sobre como favorecer o diálogo, para que se torne cada vez mais horizontal e respeitoso, assim como o acesso cada vez maior aos recursos financeiros.

O desafio hoje é fortalecer o Fundo para que ele continue a ser um instrumento de justiça ambiental e climática. É necessário absorver os aprendizados, que são muitos, especialmente sobre a necessidade de fortalecimento dos processos de diálogo e de incidência de forma mais ampla. Os fundos comunitários

são instrumentos que podem se tornar sujeitos políticos de ação na Amazônia, unindo-se aos já existentes movimentos sociais para fortalecer o debate atual tanto sobre as mudanças climáticas e seus impactos, sobre o financiamento do clima quanto do fortalecimento dos movimentos sociais. Principalmente, pensando qual é o papel exercido por esses fundos e que propostas podem ser apresentadas nos espaços em que esses debates ocorrem, a partir das experiências que já são trabalhadas. É importante incidir no campo da filantropia e da cooperação para o fortalecimento do tecido social, desde uma perspectiva da sociedade civil brasileira que leve em consideração os efeitos das mudanças climáticas nos territórios e nas famílias, como as secas e as queimadas e, em grande escala, o desmatamento na Amazônia. Essa é uma questão que precisa se constituir como uma pauta permanente do debate sobre a intervenção das organizações que estão nos territórios da Amazônia.

Por isso, é determinante aprofundar e dialogar sobre a parceria da FASE e o Fundo Dema com o Fundo Amazônia representando um processo, e não um projeto que tenha início e seu fim. É preciso que haja continuidade, trazendo transformações reais, uma Amazônia possível, que pode ser participativa, com organizações comunitárias fortalecidas, por quem sabe que é uma potência natural, social e econômica para os processos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Podemos concluir que esta Chamada Pública fortaleceu muito o lema do Fundo, tornando concreta a possibilidade de dizer que realmente “Somos a Floresta”.



Carrossel, Seminário Amazônia Agroecológica.
Foto: acervo FASE.

FUNDOS COMUNITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

A Experiência do Fundo Amazônia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Leonardo Pamplona (Fundo Amazônia/BNDES)

A atuação do Fundo Amazônia está alinhada ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e a outras políticas públicas relacionadas como a Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+). Seus eixos de atuação são: (1) atividades produtivas sustentáveis; (2) monitoramento e controle; (3) ordenamento fundiário e territorial; e (4) instrumentos normativos e econômicos, incluindo apoio à pesquisa científica e tecnológica aplicável às cadeias produtivas da sociobiodiversidade. O apoio às atividades produtivas é o centro do trabalho, com o objetivo de gerar possibilidades de geração de trabalho e renda que não apenas evitem o desmatamento, mas também promovam a recuperação ambiental, contribuindo para a expansão e consolidação de um modelo econômico mais sustentável ambiental-

mente e justo socialmente, o que é, não apenas necessário, mas urgente nos dias de hoje.

É muito interessante ver que as atividades e projetos incentivados pelo Amazônia Agroecológica têm uma predominância de mulheres. Os grandes problemas atuais, os desequilíbrios que o mundo ainda vivencia, são também, em certa medida, fruto do desequilíbrio entre o papel das mulheres e o dos ho-

mens na sociedade. Então é importante ver a força feminina com mais representatividade, pois é essencialmente de um sentimento de mãe que o mundo está precisando: de mais cuidado, de mais zelo pelas coisas, pelas pessoas, pela natureza. Então, o papel das mulheres é fundamental para poder alcançar esse novo modelo socioeconômico.

Ampliação do alcance

O Fundo Amazônia é uma conquista, dentro do histórico dos fundos do BNDES. Inicialmente, havia uma atuação muito restrita, ligada a questões de cunho mais assistencialista. A partir do desafio de apoiar atividades produtivas, já em 2005, por meio do Fundo Social, o BNDES começou a apoiar projetos de cooperativas.

No início deste trabalho, o possível foi, para os projetos de menor porte, seguir as mesmas regras aplicadas aos grandes projetos. Obviamente, o resultado disso foi muito detalhismo nos projetos e uma atuação que, apesar de ter qualidade, tinha pouca quantidade. Isto é uma crítica que se faz ao BNDES até hoje, mas é importante reconhecer aqui o avanço da trajetória observada neste trabalho com os fundos não-reembolsáveis do BNDES, que foi escolhido para gerir o Fundo Amazônia por demonstrar qualidade na execução.

Houve um momento em que se reviu essa atuação internamente, pensando o apoio direto a projetos produtivos, justamente para ampliar o público. A partir daí, o banco começou a buscar parcerias com instituições públicas e privadas, com organizações da sociedade civil que tivessem mais proximidade com o projeto na ponta e, eventualmente, recursos adicionais para aplicar. Esse foi um movimento de ampliar a atuação do Fundo Social, e o Fundo Amazônia

de certa forma buscou o mesmo modo de atuação, sempre com alguma instituição que estivesse mais próxima, para acompanhar o dia a dia dos pequenos projetos apoiados. Conseguimos ampliar bastante o alcance e, certamente, fez e continua fazendo parte das avaliações internas a percepção de quanto isso ainda é pouco. Tudo o que já foi feito até agora é bastante significativo, mas ainda há muito trabalho pela frente, principalmente em termos de reflexão estratégica e de capilaridade.

A FASE é uma grande parceira, de qualidade, eficiente, com uma abrangência que viabiliza o trabalho, dada a sua estrutura. No cenário da Amazônia, há algumas outras instituições de nível intermediário, geograficamente falando, que podem alcançar um público maior, mas olhando o ambiente institucional, é possível ver que ele ainda precisa de muita densidade. Institucionalmente, os fundos comunitários são instrumentos importantes para dar musculatura à rede institucional de territórios e há, certamente, agentes de desenvolvimento local que precisamos fortalecer. Esta é uma agenda fundamental para o Fundo Amazônia e para a atuação na área de atividades produtivas sustentáveis.

A ideia de estabelecer um limite orçamentário mínimo existe para que os pequenos projetos

se juntem para acessar o financiamento. Se o BNDES fosse atuar diretamente com os pequenos proponentes, estaria limitando a própria capacidade de atuação, porque também há limites técnicos, operacionais, de pessoal e de sistemas. Nesse sentido, o exemplo do sistema de informações do Fundo Dema é muito interessante, como uma experiência a ser expandida, como forma de melhorar a visibilidade, o controle, prestação de contas e gestão dos projetos.

Outro desafio relevante, que atualmente está sendo discutido no BNDES internamente, é como perenizar os recursos investidos. Isto é bastante importante, especialmente por conta dos ciclos políticos, pois, no momento, o Fundo Amazônia está ativo, mas em algum momento do passado não esteve. Sendo um recurso não-reembolsável, ele é importante para gerar camadas de musculatura, para fazer com que esses projetos possam, em algum momento, caminhar com mais independência, até mesmo dos recursos não-reembolsáveis. Esse é um recurso que serve para ensinar a caminhar, a lidar melhor com verbas, com gestão, temas que precisam estar cada vez mais presentes no dia a dia dos empreendimentos. O objetivo é que eles possam acessar recursos de crédito no sistema financeiro, e usar o financiamento não-reembolsável para apoiar quem ainda está engatinhando.

Os fundos comunitários vinculados ao Fundo Dema representam essa possibilidade de perenização, constituindo-se a partir do próprio exercício pedagógico do financiamento, buscando perenizar o recurso de crédito naqueles territórios. Neste sentido, um aspecto relevante é o de capacitação, pois oferece histórico de crédito para quando os empreendimentos fo-

rem acessar o sistema financeiro. Então, mais do que estar sempre apoiando atividades não-reembolsáveis, o Fundo Amazônia pode estruturar a capacidade de gestão dos territórios, pois quando você precisa devolver o recurso, você também tem que melhorar sua capacidade de gestão e controle de custos.

Em relação à questão da escala amazônica, é interessante que os projetos pensem no aspecto da visão territorial, para abarcar e articular todas as potencialidades produtivas do território. Por exemplo, na chamada pública que contou com quinze projetos contemplados na região de Santarém, fica uma pergunta: será que cada um desses projetos tinha conhecimento dos outros? Será que poderiam ter desenvolvido estratégias conjuntas de comercialização, de logística, de capacitação, pensando uma comercialização conjunta, tanto para mercados institucionais, como estratégia inicial, mas para outros mercados também, como acordos de venda garantida para o setor público e o privado, ou diretamente para o consumidor final?

É possível pensar em uma estratégia de confiança, montar modelos com garantia de venda, com parcerias mais duradouras, que estruturam a produção. Os fundos locais têm papel importante nisso, não só para o financiamento, mas pela visão do território. Na maior parte das vezes, há o apoio ao empreendimento, àquela atividade produtiva, e a comercialização fica por conta do próprio empreendimento, mas muitas vezes essa não é a habilidade principal daquele grupo. Então, por exemplo, para a parte da venda se pode pensar em um ator específico, de uma maneira mais organizada, junto com outros empreendimentos, pensando em uma atuação conjunta territorial.

Amazônia na Escola

Este é um projeto experimental, já pensando justamente na comercialização. A ideia é garantir a venda para estruturar a produção. A estratégia inicial, que ainda precisa ser testada, foi baseada em realizar uma estatística dos municípios em que há mais escolas, com mais alunos, onde a demanda por alimentos é maior. A partir daí foi feita uma aproximação, foram feitas oficinas com representantes da sociedade civil para discutir essa metodologia de priorização de territórios. A conclusão foi a de atender às escolas que foram identificadas dentro dos municípios que têm mais alunos, com estímulos inclusive às próprias escolas, para que possam estruturar as suas cozinhas ou cozinhas comunitárias, receber apoio logístico, caminhões, tanto para escolas ou para comunidades também, onde for possível. Esse processo avaliou também os empreendimentos no entorno das escolas, para que se estruturem para oferecer alimentos produzidos localmente às escolas.

Este é um projeto piloto, mas já está nítido que o tema da comercialização precisa ser transversal em toda a atuação em atividade produtiva sustentável. Então, nos próximos projetos com a FASE, já podem ser introduzidos elementos que dialoguem com a estratégia de olhar os territórios, onde estão as escolas e realizar os apoios que conjuguem essa articulação, não

só da oferta de alimentos, mas também da demanda, para que aquelas escolas consumam os produtos do território, e não produtos que venham de fora, que chegam muitas vezes com um custo muito maior.

Por fim, é fundamental lembrar que o BNDES tem regras, que muitas vezes não são nem definidas pelo próprio banco, mas que ele é obrigado a seguir. O Fundo Amazônia vem apresentando uma atuação crescente em todos os seus eixos de atuação, que podem ser acompanhadas pelo seu site na internet, e recebendo avaliações muito positivas, tanto dos doadores, quanto dos órgãos de controle e, em especial, dos seus beneficiários. O banco é composto por pessoas que trabalham para fazer a diferença em prol dessa agenda, pessoas que, na medida do possível, aos pouquinhos vão buscando avançar e aprimorar as regras para atender a todos da melhor forma. Não é fácil, não é simples, não é sempre tão rápido quanto todos gostariam, mas há avanços claramente perceptíveis pelos resultados do Fundo Amazônia, tanto em termos dos seus desembolsos quanto nos territórios que vem alcançando. E estamos sempre abertos a construir juntos novos instrumentos de atuação para ampliar ainda mais esse alcance e os resultados socioambientais que o Brasil tanto precisa.



Mulheres agroextrativistas, sede da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande/Feagle (Santarém/PA).
Foto: acervo FASE

FUNDOS COMUNITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Fundo Amazônia e a Perspectiva Indígena

Valéria Paye Pereira⁷ (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB /COFA)

Estou aqui para falar da experiência do movimento indígena no Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), que é a instância de participação social e governança do Fundo Amazônia, responsável por estabelecer os critérios para aplicação dos recursos do Fundo, bem como pelo acompanhamento e aprovação do relatório das atividades.

A partir do lugar que ocupo, como indígena e como participante do movimento indígena, acompanho bastante o histórico de atuação do Fundo Dema. São muitos os desafios colocados, mas também muitas as experiências de sucesso nas ações operadas na ponta, na incidência do local para o macro. Essa construção é parte da nossa natureza como movimento social, na soma das lutas dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Para nós, a atuação em rede acontece de forma automática, mas as alianças e construções que fazemos fortalecem as nossas próprias organizações, para que pos-

7. Diretora executiva do Fundo Podáali - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, fundo de apoio vinculado à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB, membro da Rede de Fundo Comunitários da Amazônia - e representante suplente da COIAB no COFA.

sam incidir em espaços grandes como o COFA, por exemplo. São espaços bastante difíceis de ocupar, e conseguir incidir nesse espaço requer bastante articulação.

No COFA, são muitos os segmentos representados: o Estado, com governo e órgãos federais e os governos estaduais, e nós, da sociedade civil. Atualmente, nas cadeiras da sociedade civil, estão alguns movimentos sociais, dentre eles a COIAB, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que são hoje as organizações que identificamos como parceiras para conversar e construir nossa incidência.

Nestes processos de captação e redemocratização dos recursos, a atuação do Fundo Dema demonstra que é possível que as organizações comunitárias dos próprios territórios sejam os executores da aplicação dos recursos. Não é o Fundo Dema que realiza, o Fundo Dema apoia. O Podáali, fundo indígena da Amazônia brasileira ligado à Coiab, que eu dirijo, também funciona assim. Para isso, as nossas instituições pensaram os fundos, para que tivessem o papel de instrumentos apoiadores. Quando a gente conseguir captar recursos do Fundo Amazônia, os projetos não serão do Podáali, não serão do Fundo Amazônia, serão projetos das nossas comunidades. Porque se não for feito por quem está lá na ponta, não adianta ter a nossa captação, ou o Fundo Amazônia apoiar. Para quem nós vamos repassar? Se não existe esse fazer, não adianta. E esse fazer é nossa responsabilidade, de cuidado com os nossos territórios, com o bem-estar, utilizando essa experiência bonita da agroecologia, as várias formas de fazer dos povos indígenas, os sistemas agroflorestais, a diversidade.

Em relação aos desafios que enfrentamos, existe a ausência de normativas com um olhar direcionado e específico, especialmente, para o público de povos indígenas e comunidades tradicionais, que somos muitas vezes tratados como pequenos produtores de forma genérica, sem a compreensão dos nossos fazeres. Isso nos separa desde o princípio, porque nossas comunidades não se enquadram nos critérios de seleção.

No Fundo Amazônia, enquanto o limite mínimo para acessar o financiamento for de cinco milhões de reais, essa dificuldade vai continuar persistindo. Qualquer organização nossa, pequena, que não tem uma estrutura e tem que responder a milhões de questões, um questionário enorme, não vai conseguir acessar, a não ser por vias como essa de Fundos: como o Fundo Dema.

Esta é uma reflexão que temos feito bastante no COFA. Todo o nosso trabalho de fortalecimento dos fundos comunitários é de certa forma uma adaptação, que talvez não fosse necessária se os recursos fossem pensados para serem realmente democratizados, respeitando a diversidade de povos e modos de fazer da Amazônia. O Estado tem que pensar políticas com essa diversidade em mente.

Sabemos que o Fundo Amazônia é um fundo operado por um banco, e o banco tem regras e impõe as suas regras. Não tem COFA que dê jeito de mudar isso, mas é uma luta e ninguém desiste, temos que continuar. É um processo de incidência permanente, e em algum momento sei que vamos conseguir incorporar as nossas perspectivas a esses processos.

As exigências em relação à regulamentação das terras e comunidades também são um obstáculo. Para as chamadas públicas do Fundo Amazônia, as propostas precisam apresentar

parecer de municípios, estados e autarquias, como a FUNAI, o que demanda uma grande articulação e interlocução dos movimentos sociais com as estruturas dos estados. Esses processos burocráticos vão eliminando a participação ampla.

Depois dos quatro anos difíceis que tivemos, em que o Fundo Amazônia ficou paralisado, em especial, os projetos que estavam em fase de avaliação, vimos que muitas regras impedem a execução e o avanço dos financiamentos. No caso indígena, muitos projetos ficaram parados porque precisavam do parecer da FUNAI. A FUNAI não deu andamento e não houve jeito de retirar os projetos das gavetas dos seus gestores. Propostas de outras instituições chegaram a precisar devolver os recursos, porque não tinham o parecer da FUNAI. E não depende

da gente, a gente depende do Estado para ter esses benditos papéis. Demarcação de terras indígenas é obrigação do Estado, mas tem comunidade indígena que não tem o seu território tradicional demarcado, então não pode receber o apoio. A exigência dessas documentações não deixa de ser uma dupla penalização, não deixa de ser a continuidade do desejo de nos tutelar.

É importante continuar debatendo esta questão, porque isso afeta profundamente a autonomia dos coletivos de povos indígenas e comunidades tradicionais em seus jeitos de ser. Afeta, ainda, a possibilidade de manter, no futuro, a diversidade, que é uma característica muito forte do Brasil e, principalmente, da Amazônia brasileira.





FUNDOS COMUNITÁRIOS E DEMOCRATIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Financiamento Climático e os Fundos Comunitários Territoriais na Amazônia

Luciene Figueiredo⁸

(Fundo Babaçu/Rede de Fundos Comunitários da Amazônia)

O Fundo Dema representa, além da justiça climática, justiça social e econômica, porque fortalece as vozes comunitárias, as vozes territoriais de mulheres, de jovens, de agroextrativistas, dos povos indígenas, convocando ao fortalecimento desses grupos. Em 2011, quando a discussão sobre a criação do Fundo Babaçu⁹ estava iniciando dentro do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), nós estivemos na FASE para entender a experiência do Fundo Dema, sobre os arranjos de gestão e de administração, as ações do fundo e as formas de dialogar

8. Coordenadora técnica do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

9. O Fundo Babaçu é um fundo de apoio a projetos socioambientais na região ecológica dos babaçuais vinculado ao MIQCB e integra a Rede de Fundos Comunitários da Amazônia.

com as instituições. Nesta época, dialogamos muito também com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP).

Em 2012 foi criado o Fundo Babaçu. Esses debates conjuntos fizeram com que, por exemplo, hoje o movimento das quebradeiras tenha acessado um projeto diretamente com o Fundo Amazônia. Naquele momento, o Fundo Dema estava iniciando suas tratativas com o Fundo Amazônia, e nós, do movimento de quebradeiras, aceitamos o desafio de provocar o Fundo Amazônia para apoiar e fazer chegar o financiamento climático, com os recursos que chegam no nosso país, até as comunidades, em nome dos povos e comunidades tradicionais que fazem a conservação e a preservação dos territórios da Amazônia – e de todos os biomas do Brasil.

Nesse caminho, houve a construção da Rede de Fundos Comunitários da Amazônia, que é constituída por oito fundos comunitários territoriais e vem trabalhando no diálogo sobre avanços, desafios e dificuldades de financiamento. Para que os movimentos sociais acessem diretamente os recursos, precisamos modificar os instrumentos e readequar as legislações. É preciso uma incidência forte nas políticas públicas, já que as legislações atuais não favorecem a gestão de projetos dessa magnitude pelas comunidades.

Nesse sentido, é importante refletir sobre os posicionamentos em vistas à COP30, a ser realizada em Belém, em 2025. O Fundo Dema – com a sua experiência de 20 anos trabalhando no fortalecimento, conservação, preservação e valorização do uso de recursos naturais, e também na mudança de vida das pessoas, comunidades e povos – e nós, enquanto fundos comunitários e movimentos sociais, precisamos pensar juntos como podemos influenciar os governos que aqui estarão debatendo, buscando a mudança dos instrumentos burocráticos

na legislação, para que o recurso destinado ao clima seja acessado por quem está no dia a dia das mudanças climáticas, atuando e vivendo em condições mais desafiadoras.

A necessidade de financiamento se justifica pela própria necessidade de conservação e preservação das florestas, das águas, do solo, de toda a biodiversidade e da sociobiodiversidade. Mas, na prática, é necessária uma afirmação permanente, pois muitas vezes a falta de atuação do Estado dificulta o acesso aos recursos pelas próprias comunidades, penalizadas duplamente pela falta da política pública. No contexto da regularização fundiária, a falta dos instrumentos jurídicos que garantem de fato os territórios, do ponto de vista da legislação, deixa a comunidade sem acesso aos recursos financeiros e ao financiamento público.

Na chamada atual do Fundo Babaçu, por exemplo, houve uma proposta de uma comunidade quilombola centenária que precisou entrar com um recurso e solicitar a certificação estadual de seu território. Ainda bem que há uma legislação estadual conquistada nos últimos 10 anos no Maranhão, que permitiu que uma secretaria de estado emitisse a documentação certificando a história contada pela própria comunidade, para dar a garantia de posse mansa e direta. Mas, se analisarmos corretamente, a comunidade está sendo punida duas vezes, pois deveria ter há muito tempo o instrumento jurídico emitido pelo governo federal ou estadual, garantindo aquele território. Este é apenas um dos desafios no apoio aos projetos comunitários. Na Rede de Fundos Comunitários da Amazônia, este tema também está fortemente colocado.

A geração de renda e a diversificação da economia são instrumentos importantíssimos para a garantia dos territórios. Atuar e trabalhar os recursos naturais, do extrativismo vegetal, da agricultura familiar e da agroecologia, fortale-

cendo uma economia de base familiar, comunitária e territorial, garantem a permanência nos territórios, fortalecendo o protagonismo. Por isso, o apoio aos projetos é fundamental, fortalecendo não só o acesso às políticas de distribuição de renda, como também às políticas de fornecimento de alimentos saudáveis, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instrumentos conquistados pela agricultura familiar. O financiamento viabiliza não apenas projetos específicos, mas fortalece a capacidade de gestão das organizações comunitárias, das pessoas e das lideranças. Isso nos prepara para acessar outros recursos existentes, fazendo a gestão de acesso a mercados, na relação com outras exigências, no caso do PAA e do PNAE, e em casos de instrumentos de fomento e políticas públicas estaduais.

Um outro grande desafio é o tamanho geográfico, como manter, ao mesmo tempo, a diversidade e a unidade de um grande financiamento com a força e o protagonismo das comunidades. Além disso, é necessário incorporar a proteção às lideranças na hora de se pensar as condições das chamadas públicas. Isso precisa ser colocado na pauta do diálogo com os financiadores, pois é triste saber o que acontece, conviver com o fato de que muitas lideranças precisam abrir mão de algo que vai melhorar e transformar a condição de vida local, em fun-

ção de ameaças, por conta de conflitos socioambientais.

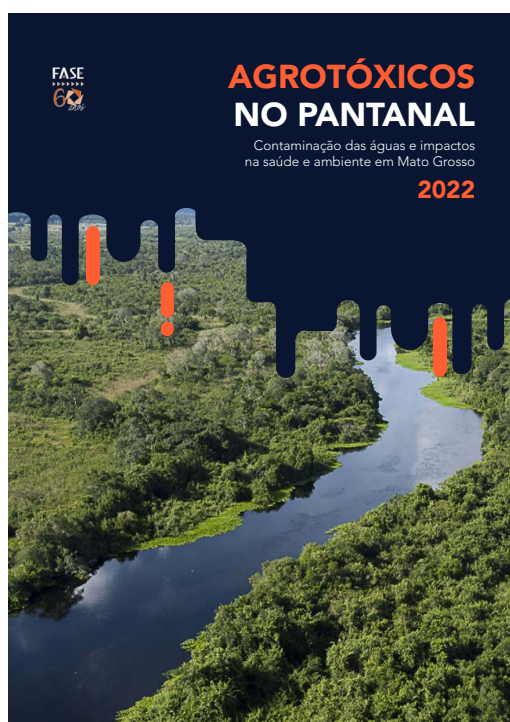
Assim, incorporar as especificidades da região é fundamental para que os financiamentos sejam realmente justos. Muitas vezes, por exemplo, precisamos estar capacitados e preparados para fazer a gestão de instrumentos que são completamente alheios à realidade local. Os desafios legais são muitos, não apenas na elaboração dos projetos, mas na sua prestação de contas. Uma coisa simples, como a necessidade de fornecer o CPF para constar no recibo, não é tão simples na Amazônia, as pessoas têm medo de dar o número. Então, a compreensão da realidade local precisa fazer parte do próprio processo do financiamento.

O Fundo Dema fortalece as comunidades e os povos, e os povos fortalecem o Fundo Dema. Eu acho que é dessa relação que a gente cresce e fortalece o quadro social, a luta e a organização local, para seguir avançando. Ele também tem dado um grande apoio para a democratização do acesso aos financiamentos do clima. A sua experiência de 20 anos mostra que é possível que as comunidades, os territórios, as organizações locais, os povos, façam a gestão dos recursos. Isto muito anima a todos os outros fundos comunitários, nós que estamos nesta rede, e nos encoraja ao debate, para buscar os recursos e fortalecer os territórios e as comunidades locais. Vida longa ao Fundo Dema!

Confira a seguir vídeos, boletins e publicações relacionados ao projeto:



Clique nas imagens para ter acesso aos conteúdos completos



Notas técnicas sobre práticas e especificidades da agroecologia na Amazônia



Chamada Pública Unificada de Projetos Socioambientais Para o Uso Sustentável na Amazônia Paraense/Fundo Dema



GUIA DE ELABORAÇÃO, GESTÃO E MONITORAMENTO DE PROJETOS



Boletim ‘Somos a Floresta’

Boletim SOMOS A FLORESTA

OS POVOS DA FLORESTA E CHAMADA AMAZÔNIA AGROECOLÓGICA

Editorial

Nos últimos seis anos, a Amazônia sofreu um dos mais críticos episódios de queimadas que afetou milhares de hectares de floresta nativa. Com o reconhecimento da importância da floresta amazônica para a humanidade, a comunidade internacional tem pressionado o Brasil a tomar medidas para proteger a floresta. A chamada Amazônia Agroecológica é uma iniciativa que visa promover o uso sustentável da floresta, respeitando a cultura e a tradição dos povos que nela vivem.

RIOREZA DOS PROJETOS

A maioria dos projetos apoiados pela Chamada Amazônia Agroecológica são projetos de pequena escala, realizados por comunidades locais. Esses projetos visam melhorar a qualidade de vida das comunidades, promovendo a produção sustentável de alimentos e a conservação da floresta.

Boletim SOMOS A FLORESTA

SAÚDE, SOLIDARIEDADE

Editorial

A saúde é um direito de todos. No entanto, a pandemia de COVID-19 mostrou que a saúde é uma questão que envolve todos. A solidariedade é essencial para enfrentar a pandemia. A chamada Amazônia Agroecológica é uma iniciativa que visa promover a saúde e a solidariedade entre os povos da floresta.

Barão de solidariedade

A solidariedade é um valor essencial para a humanidade. A chamada Amazônia Agroecológica é uma iniciativa que visa promover a solidariedade entre os povos da floresta.

Boletim SOMOS A FLORESTA

COMIDA DE VERDADE NO C/ COMBATER A FOME NA AMA

Editorial

A comida é um direito de todos. No entanto, a fome é um problema que afeta milhões de pessoas. A chamada Amazônia Agroecológica é uma iniciativa que visa promover a produção sustentável de alimentos, combatendo a fome.

Consolidando práticas agroecológicas

A agroecologia é uma prática que visa promover a produção sustentável de alimentos, respeitando a cultura e a tradição dos povos que nela vivem.

Boletim SOMOS A FLORESTA

A PANDEMIA MOSTROU QUE TERRA TUDO ESTÁ INTERLIGADO

Editorial

A pandemia de COVID-19 mostrou que a terra é um espaço interligado. A terra é a base da vida e da cultura dos povos que nela vivem. A chamada Amazônia Agroecológica é uma iniciativa que visa promover a produção sustentável de alimentos, respeitando a cultura e a tradição dos povos que nela vivem.

Fundo Podal: Uma Estratégia dos Povos Originários

O Fundo Podal é uma iniciativa que visa promover a produção sustentável de alimentos, respeitando a cultura e a tradição dos povos que nela vivem.

Boletim SOMOS A FLORESTA

FUNDO PODAL: UMA ESTRATÉGIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Editorial

O Fundo Podal é uma iniciativa que visa promover a produção sustentável de alimentos, respeitando a cultura e a tradição dos povos que nela vivem.

Parque Nacional da Serra do Araripe

O Parque Nacional da Serra do Araripe é uma área protegida que visa conservar a biodiversidade e a cultura dos povos que nela vivem.



APOIO

